

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Fernanda Bochi dos Santos**

**CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO DISCENTE EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: análise bibliométrica dos  
trabalhos de conclusão de curso de 2005 e 2010**

**Porto Alegre**

**2013**

**Fernanda Bochi dos Santos**

**CARACTERÍSTICA DA PRODUÇÃO DISCENTE EM DIREITO DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: análise bibliométrica dos trabalhos de  
conclusão de curso de 2005 e 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como pré-requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia, da Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul  
Orientadora Profª Drª Sônia Elisa Caregnato  
Coorientadora Bel. Zizil Arledi Glienke Nunez

**Porto Alegre**

**2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Reitor: Prof. Dr. Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

**FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO**

Diretora: Profa. Dra. Ana Maria Mielniczuk Moura

Vice- Diretor: Prof. Dr. André Iribure Rodrigues

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO**

Chefe: Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Chefe substituto: Prof. Dr. Valdir Jose Morigi

**COMISSÃO DE GRADUAÇÃO DO CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Coordenadora: Prof. Dra. Samile Andréa de Souza Vanz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
CIP-Brasil. Catalogação na fonte

S237c Santos, Fernanda Bochi dos

Características da produção acadêmica dos discentes em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul : análise bibliométrica dos trabalhos de conclusão de curso de 2005 e 2010, Porto Alegre / Fernanda Bochi dos Santos. – 2013.

74 fls.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Elisa Caregnato

Coorientadora: Zizil Arledi Glienke Nunez

1. Biometria. 2. Análise de Citação. 3. Fontes de Informação Jurídica.  
I. Caregnato, Sônia Elisa – Orientadora. II. Nunez, Zizil - Coorientadora.  
III. Título.

CDU: 025.12

Bibliotecária Responsável: Patricia B. Moura Santos – CRB 10/1914

Departamento de Ciências da Informação  
Rua Ramiro Barcelos, 2705 Campus Saúde  
Bairro Santana, Porto Alegre-RS  
CEP: 90035-007  
Telefone: (51) 3308-5146

FERNANDA BOCHI DOS SANTOS

**CARACTERÍSTICA DA PRODUÇÃO DISCENTES EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL: análise bibliométrica dos  
trabalhos de conclusão de curso de 2005 e 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como pré-requisito para a obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia, da Faculdade de  
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade  
Federal do Rio Grande do Sul  
Orientadora Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sônia Elisa Caregnato  
Coorientadora Bel. Zizil Arledi Glienke Nunez

Data de aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dra. Sônia Elisa Caregnato (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Bel. Zizil Arledi Glienke Nunez (Coorientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dra. Samile Andrea de Souza Vanz  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dra. Flávia Clarici Mädche  
Fundação Escola Superior do Ministério Público

A minha mãe pelo amor incondicional e cuidado nos momentos difíceis, aos meus irmãos e cunhados pelas palavras de ânimo e encorajamento e aos sobrinhos pelo amor e carinho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ser a minha força nos momentos de fraqueza e por me proporcionar concluir mais essa etapa da vida.

Agradeço a minha mãe por me incentivar a ingressar no ensino superior e por acreditar em mim quando eu mesma já não acreditava. Obrigada pelo seu amor!

Agradeço a meu irmão Fabiano pelo amor e cuidado de pai, pelas palavras de encorajamento e por estar sempre presente em minha vida.

Agradeço a minha irmã Ligia pelo amor, apoio e ajuda nos momentos desesperadores. Sei que sem você essa etapa não seria concluída. Obrigada mana! Agradeço as minhas irmãs Cristina e a Clausia por toda ajuda e palavras de carinho.

Aos cunhos Renato e Alexandre por sempre acreditarem em mim. Mas agradeço principalmente a minha cunhada Patrícia por me apresentar a Biblioteconomia e por ser um exemplo de profissional competente e bem sucedida. Obrigada pelo encorajamento e pelas palavras de ânimo!

Agradeço aos meus sobrinhos Felipe, Pedro, Lauriane, Lisiane e Jéssica pelo amor, carinho e pelos abraços animadores.

Agradeço aos meus amigos e colegas André Oliveira e Daiane Barrili pelos cafés e conversas incansáveis. Obrigada Andrezico por ouvir cantar!

Agradeço aos colegas do curso que enriqueceram a minha vida nesses quatro anos.

Agradeço aos mestres que compartilharam seus conhecimentos comigo. Aos colegas de estágio e as bibliotecárias Ana Mattos, Evelin Stahlhoefer, Jaqueline Insaurriaga, e Tânia Fraga por me permitirem aprender com elas.

Agradeço aos colegas e amigos da FMP e a minha grande amiga Claudete.

Agradeço aos colegas da biblioteca Sogipa por trabalharem além do horário para que eu concluísse a minha monografia. Mas agradeço principalmente a Jaqueline Vacchi e a Vera Furlan, pelas palavras de ânimo e pelos chazinhos de cidreira.

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Sônia Caregnato e a minha coorientadora Zizil Arledi pelas leituras incansáveis desse trabalho, pela paciência e pela oportunidade de aprender com vocês.

Agradeço aos bibliotecários da Biblioteca de Direito da UFRGS e aos funcionários pela ajuda na busca dos documentos dessa pesquisa.

Agradeço a banca examinadora por disponibilizarem seu tempo para a avaliação desse trabalho.

*"Às vezes, você perde vários poemas, porque sente uma frase, sente algo murmurado no seu espírito e não presta atenção porque está ocupado com os ruídos da vida. É necessário apurar o seu ouvido, ter a humildade de anotar a coisa mesmo quando ela não é muito boa. Pode, de repente, um texto meio nebuloso, meio esquisito, meio simplório demais, dar raiz a um poema posteriormente interessante."*

*Affonso Romano de Sant'Anna*

## RESUMO

Estudo bibliométrico que tem como objetivo analisar as citações das monografias do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS nos períodos de 2005 e 2010. Para isso, fez-se uso de conhecimento teórico sobre busca e uso da informação, fontes de informação, avaliação da produção científica, bibliometria e análise de citação. Buscou-se relacionar esses conceitos com fontes de informação jurídica, objeto desse estudo. Os indicadores estabelecidos para essa pesquisa foram a tipologia do documento, o idioma e a idade dos mesmos, para que fosse possível verificar quais as fontes de consultas mais utilizadas no curso de Direito e o que mudou no período de cinco anos. Utilizou-se como fonte de pesquisa para a coleta dos dados as referências das monografias dos períodos mencionados. Ao todo foram coletadas 8.137 citações. Seus indicadores foram organizados e tratados, a fim de gerar melhores gráficos e tabelas, no software Microsoft Excel 2007. Após o tratamento os resultados indicaram que os estudantes do curso de Direito têm uma forte tendência, pelas características da profissão, em utilizar mais livros em língua portuguesa e documentos datados de épocas mais remotas para conceituar as ideias novas.

**Palavras-chave:** Bibliometria. Análise de citação. Monografias. Direito.

## **ABSTRACT**

Bibliometric study that aims to analyze the citations of monographs law student's monographs from the Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS in the years 2005 and 2010. To do so, it was used of theoretical knowledge about seeking and use of information, sources of information, literature review, bibliometrics and citation analysis. Sought to relate these concepts to sources of legal information, the object of this study. It was used as a source of research for data collection references the monographs of the periods mentioned. Altogether 8,137 citations were collected. Their indicators were organized and handled in order to generate better graphics and tables in Microsoft Excel 2007 software. The indicators established for this research were the type of document, the language and of the same age, so that we could check which sources more queries used in the course of law and what has changed in five years. After treatment, the results indicated that the students of law have a strong tendency, by the characteristics of the profession, use more books in Portuguese and documents dating from earliest times to conceptualize new ideas.

**Keywords:** Bibliometrics. Citation analysis. Monographs. Law.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Planilha contendo os dados das monografias	41
Figura 2 – Informações dos documentos citados nas monografias	42
Gráfico 1 – TCCs 2005 com predomínio de outros idiomas que não o Português	49
Gráfico 2 – TCCs 2010 com predomínio de outros idiomas que não o Português	50

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – TCCs do curso de Direito da UFRGS	39
Tabela 2 – Tipos de documentos utilizados nos TCCs em 2005 e 2010	46
Tabela 3 – Idioma por período	48
Tabela 4 – Tipo de documento por idioma dos TCCs 2005 e 2010	52
Tabela 5 – Tipo de documento por idade	54

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1	CONTEXTO DO ESTUDO	14
<b>1.1.1</b>	<b>Formação em Direito</b>	<b>16</b>
1.1.1.1	Currículo do Curso	17
1.1.1.2	Elaboração do TCC	17
1.1.1.3	Documentos utilizados em TCC	18
1.2	JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	20
1.3	OBJETIVOS	21
<b>1.3.1</b>	<b>Objetivo Geral</b>	<b>21</b>
<b>1.3.2</b>	<b>Objetivos Específicos</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>22</b>
2.1	FONTES DE INFORMAÇÃO	22
<b>2.1.1</b>	<b>Fonte de Informação Primária</b>	<b>25</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Fonte de Informação Secundária</b>	<b>26</b>
<b>2.1.3</b>	<b>Fonte de Informação Terciária</b>	<b>27</b>
2.2	BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO	27
2.3	AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	30
<b>2.3.1</b>	<b>Bibliometria</b>	<b>33</b>
<b>2.3.2</b>	<b>Análise de Citação</b>	<b>36</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>38</b>
3.1	TIPO DE ESTUDO	38
3.2	CORPUS DA PESQUISA	39
3.3	COLETA DE DADOS	40
3.4	ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS	40
3.5	DEFINIÇÃO DOS DADOS BIBLIOMÉTRICOS – VARIÁVEIS	42
<b>3.5.1</b>	<b>Tipologia do documento</b>	<b>42</b>
<b>3.5.2</b>	<b>Idiomas</b>	<b>44</b>
<b>3.5.3</b>	<b>Idade</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS</b>	<b>45</b>
4.1	TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS	45
4.2	IDIOMA	48

4.3	IDADE DOS DOCUMENTOS	53
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>58</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>61</b>
	<b>APÊNDICE A – RESOLUÇÃO COMGRAD Nº 2/2004</b>	<b>65</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da ciência se dá com produção e disseminação das ideias discutidas pelos pesquisadores. Tudo começa com a comunicação, que pode ser formal ou não, pela qual o esboço da pesquisa é apresentado a um pequeno grupo de pesquisadores. Na medida em que essa pesquisa avança, faz-se necessário seu registro, uma vez que seu valor só é reconhecido no momento em que as informações percorrem o meio acadêmico ou a sociedade como um todo.

Na comunidade científica, utilizam-se diferentes tipos de documentos para registrar o que foi ou está sendo pesquisado. Esses podem ser artigos científicos, teses, dissertações, relatórios, livros, entre outros. Nos cursos de graduação é muito comum a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, também chamado de monografia. Esse apresenta, normalmente, revisão de literatura da área estudada, sendo requisito obrigatório para a colação de grau em vários cursos superiores.

A partir da revisão bibliográfica de autores renomados e da reflexão feita através das leituras foi desenvolvido o presente trabalho, que tem como objeto de estudo as referências utilizadas pelos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na elaboração de suas monografias.

O estudo trata da busca e uso da informação, as fontes de informação primárias, secundárias e terciárias, a avaliação do conhecimento científico e a avaliação da tipologia dos documentos utilizados pelos discentes. Além disso, utiliza como método de avaliação a bibliometria, uma vez que a mesma tem caráter quantitativo, permitindo observar de maneira mais objetiva a tipologia, o idioma e a idade dos documentos citados. Com isso, é possível compreender que não existe pesquisa sem documentação.

Para a realização desse trabalho foram analisadas as monografias de dois períodos, 2005 e 2010 com a intenção de observar o que mudou no uso das fontes de informação. Para isso retirou-se as listas de referências das monografias, bem como a folha de rosto para serem identificadas, permitindo assim uma melhor visualização das referências no momento da coleta dos dados. Tudo foi impresso e devidamente registrado, seguindo a ordem da lista das referências dos TCCs utilizados na pesquisa.

Com esse estudo pretende-se conhecer de que maneira se dá a produção das monografias dos alunos de Direito da UFRGS e também entender o que mudou no uso das fontes com o avanço da produção científica e da internet.

Nos capítulos seguintes são apresentadas, de forma detalhada, o contexto do estudo, a justificativa, os objetivos, o referencial teórico, a metodologia, os resultados e as considerações finais.

## 1.1 CONTEXTO DO ESTUDO

O presente trabalho foi desenvolvido tendo como objeto os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) dos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), dos anos de 2005 e de 2010. Neles são analisadas as seguintes variáveis: tipologia dos documentos, o idioma e a idade das fontes de informação.

A abordagem da área de Direito é necessária, pois é uma das áreas pouco estudadas do ponto de vista da comunicação científica.

O Direito no Brasil, de acordo com Silva (2000, p. 1), teve seu início no:

[. . .] Tratado das Tordesilhas, que estabeleceu as antigas fronteiras geográficas do País e foi posteriormente revisto, permitindo, assim, que o Brasil assumisse as atuais proporções e fronteiras territoriais. De modo geral, no entanto, o Direito só seria de fato implantado entre nós em 1548, com a edição do Regimento destinado a delimitar as ações e competências do Governo Geral de Tomé de Sousa.

Sendo o Brasil colônia de Portugal, não havia interesse da província em instalar uma escola superior de ensino jurídico nesse local. Segundo Schwarcz (2002) sintetizando o período de 1500 a 1934, o rei de Portugal não permitia a instalação de escolas e nem de instituições culturais e técnicas até o desembarque da corte portuguesa. Durante três séculos, não se incentivou a formação profissional e muito menos a formação intelectual de uma elite nativa. Martinez (2006, p. 2) afirma que “Os movimentos para o surgimento do Ensino Jurídico no Brasil começaram obrigatoriamente pela Faculdade de Direito de Coimbra. Pelos portões das escadarias de Minerva passaram, até o início do século XIX, os estudantes brasileiros do curso de Direito.” Porém, conforme Silva (2000) foi com a Igreja que houve a primeira tentativa de instalar uma Escola de Direito. Em 1827, o então

Imperador Dom Pedro I assinou a Lei de 11 de Agosto de 1827, que cria dois Cursos de Ciências Jurídicas, sendo um em São Paulo e o outro em Olinda.

Influenciados pela Reforma Pombalina que estava ocorrendo no ensino jurídico português e pela Revolução Francesa, os estudantes brasileiros trouxeram para o Brasil esses ideais do Liberalismo, protestando os currículos das escolas jurídicas brasileiras. Mas foi no raiar do Positivismo que grandes modificações no ensino jurídico ocorreram. Martinez (2006, p. 4) diz que:

As pressões da sociedade civil sobre o Estado induziram a reforma educacional do Ensino jurídico. Os dois cursos de Direito existentes deixaram de ser monopólio e passou a ser permitida a criação de novas faculdades de Direito. A primeira dessas faculdades criadas foi a da Bahia, em 1891.

No Rio Grande do Sul, a primeira Faculdade de Direito teve início em 1900, com a Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre, atual Faculdade de Direito da UFRGS. Por ela passaram homens de importância nacional como Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, João Goulart, Francisco Brochado da Rocha entre outros. Ao longo de sua história o ensino jurídico brasileiro tem formado sucessivos bacharéis atuantes principalmente nas instituições constitucionais e administrativas do país.

Desde então o curso de Direito no país tem se caracterizado por ser um dos mais procurados nos vestibulares e tem formado centenas de advogados em todo o Brasil. Além disso, os formados nesses cursos representam um dos grupos profissionais mais bem representados na sociedade, através da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, que se tornou um pilar importante de consulta e decisões em vários fatos políticos ocorridos no país.

Evidenciando toda tradição que o curso de Direito traz ao longo da sua história, a formação dos profissionais da área também segue padrões de qualidade estabelecidos. Dentre eles, a necessidade de elaboração de uma monografia ao final do curso de graduação. O trabalho aqui apresentado pretende mostrar possíveis mudanças por meio dos documentos utilizados para subsidiar a elaboração dos TCCs, desde sua implantação no curso de Direito da UFRGS, em 2004.

### 1.1.1 Formação em Direito

Sabe-se, como já mencionado, que o conhecimento se dá pelo ato de pensar e de discutir informações adquiridas. Esse processo de refletir e discutir o conhecimento é muito trabalhado no ensino jurídico, uma vez que o curso está voltado para a reflexão das leis, através de disciplinas como hermenêutica jurídica, que visa à interpretação da lei na sua forma mais subjetiva.

Em geral os cursos de Direito têm como objetivo formar profissionais que dominem as leis, sendo agentes transformadores da sociedade. É através do domínio dessas leis que os mesmos defenderão os cidadãos e o Estado no que diz respeito aos seus direitos e deveres. Além disso, o curso permite que os mesmos sejam capazes de atuar no setor público ou privado, nacional ou internacionalmente.

Dessa forma o ensino jurídico passou a ser repensado, uma vez que, como diz Holanda (2000, p. 6):

A realidade não comporta meras reproduções de códigos. A fala oficial do direito, expressa num fetichismo à lei como elemento primeiro e único da hermenêutica jurídica, leva a “fabricar” meros repetidores de normas e copiadores de modelos, sem um livre pensar (um pensar crítico!) como elemento de transformação social.

Assim a formação em Direito além do domínio das leis, deve levar os discentes à meditação das mesmas, permitindo a eles um novo pensar jurídico. É por meio desse pensar reflexivo que se dá a construção da ciência jurídica visando uma sociedade mais justa e organizada.

O Direito, por ser um dos cursos mais antigos e de caráter conservador, tem em seu currículo uma visão engessada no que diz respeito à formação profissional. Mas segundo Silva e Camargo ([200-], p.4418) o ensino tem mudado após “a portaria do MEC n. 1.886/94, que fixou as 4.418 diretrizes curriculares e o conteúdo dos cursos jurídicos, ocasionando mudanças estruturais no que diz respeito aos padrões de qualidade.” Além disso, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases, de acordo com Holanda (2000) permitiu um abrandamento curricular, como a criação de grades curriculares pertinentes e relevantes à vocação do corpo discente e a universidade. Do mesmo modo, a autora ainda afirma que:

A função da universidade não é educar, mas produzir educação. É preciso vencer o modelo aula-conferência pois já está provado o seu fracasso desde a época do Império. O professor deverá adotar outros meios que possam atrair o seu alunado ao interesse pela disciplina lecionada, enriquecendo a aula ministrada, utilizando-se de métodos modernos, sempre unindo a teoria com a prática, apoiando-se em exemplos cotidianos e incentivando o aluno à pesquisa. (HOLANDA, 2000, p. 9)

Na UFRGS, o curso de Direito tem como objetivo formar profissionais capacitados para trabalhar e entender os conflitos da sociedade, bem como analisar a função do direito. Pretende, assim, formar profissionais que reflitam sobre os conflitos nas mais variadas áreas da vida social.

Com isso, a formação na área jurídica passa por transformações de caráter pedagógico, objetivando desenvolver nos futuros profissionais a reflexão mais profunda das leis e não a mera repetição.

#### 1.1.1.1 Currículo do Curso

O curso de Direito da UFRGS está dividido em dois turnos, manhã e noite, sendo que o aluno deve cursá-lo no período mínimo de 5 anos e máximo 10, tendo 202 créditos obrigatórios, 12 créditos eletivos e 06 créditos complementares.

O profissional sai capacitado para atuar em escritórios nas mais variadas áreas, além de poder atuar como escrivão, perito criminal e civil ou até mesmo seguir carreira pública, através de concursos para o Ministério Público, Magistratura, procuradorias estatais, delegado de polícia e magistratura superior.

O estudante ao longo do curso participa de várias atividades de pesquisa e extensão tais como: o Serviço de Assistência Jurídica Universitária - SAJU, congressos, seminários e outras formas de divulgação do conhecimento científico.

#### 1.1.1.2 Elaboração do TCC

As monografias, também conhecidas como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC são desenvolvidas ao final de cada curso de graduação. O Direito segue esse mesmo critério, tendo como parâmetro a Resolução da COMGRAD N°2/2004, disponível no Apêndice A. Dessa forma, a disciplina do trabalho de conclusão do curso ministrada à noite é realizada no 8º semestre, sendo que o aluno é obrigado a ter cursado 140 créditos obrigatórios para iniciá-lo. No curso diurno o trabalho de

conclusão de curso aparece como disciplina eletiva, dividido em Trabalho de Conclusão de Curso A, B, C, D, sendo necessária a conclusão de no mínimo 113 créditos obrigatórios.

O trabalho é realizado individualmente, acompanhado por um orientador e se necessário um coorientador, após o tema ser definido. Ele deve ser organizado conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) desenvolvidas para esse fim e expresso por escrito e defendido perante banca examinadora, que se reunirá ao final da apresentação do discente e dará um conceito – nota - para o trabalho. A mesma, tendo verificado alguns erros do aluno, pode pedir ao mesmo que faça as correções devidas.

A monografia tem como finalidade avaliar os conhecimentos que o aluno adquiriu nos anos do curso e também despertar nele um espírito investigativo e construtor, uma vez que o mesmo desenvolve seu trabalho a partir de um questionamento, sendo necessário buscar na literatura as respostas para ele. É importante lembrar que a mesma só passou a ser obrigatória a partir da Resolução COMGRAD Nº 2/2004, que consolida as normas para a elaboração dos TCCs – monografias tendo como critério as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 9 de 2004 do Conselho Nacional de Educação.

As monografias são um tipo de fonte de informação conhecidas como literatura cinzenta, não tendo como finalidade a publicação, mas nada impede que isso aconteça, só dependerá do empenho do discente em apresentar um trabalho de qualidade no que diz respeito ao assunto e estrutura.

### 1.1.1.3 Documentos utilizados em TCC

No meio acadêmico são utilizados vários métodos para divulgação da informação com a intenção de torná-la algo mais aplicável, ou seja, transformá-la em conhecimento. Como diz Población e Noronha (2002, p. 98):

A produção do conhecimento gerado nas universidades é divulgada em diferentes canais que variam de área para área, ou mesmo de pesquisa para pesquisa, sendo o documento formal o meio mais reconhecido para dar maior visibilidade aos estudos e pesquisas realizados.

Como o foco da pesquisa é avaliar a tipologia dos documentos utilizados pelo corpo discente do curso de Direito, é importante considerar que essa é uma área que tem como material de estudo processos, códigos de leis e jurisprudência, além de incluir as fontes bibliográficas tradicionais, como periódicos e periódicos eletrônicos, e também fontes da internet. Assim, a tipologia das fontes de informação utilizadas por eles são bem diversificadas.

Mugnaini (2006a, p. 50) diz que:

O cientista além de ser detentor do valor daquilo que produz, dependerá ao longo de sua carreira, enquanto profissional contratado para fazer ciência, do histórico acadêmico-profissional, avaliado a partir de seu trabalho documentado, bem como dos cargos ocupados por ele. A qualidade do cientista passa ser avaliada por sua produção.

O mesmo vale para o estudante de Direito, uma vez que esses são conhecidos como futuros “senhores das leis” que buscam através da leitura constante, organizar e tornar a sociedade mais justa.

Segundo Passos e Barros (2009, p. 94), “A informação jurídica pode ser gerada, registrada e recuperada, basicamente, em três formas distintas: analítica (por meio de doutrina); normativa (pela legislação) e interpretativa (com o emprego da jurisprudência).”, tendo cada uma características que as difere.

Outro componente importante é a idade dos documentos utilizados no Direito, uma vez que ter uma vida longa é uma das características mais importantes da informação jurídica. Passos e Barros (2009, p. 96) lembram que:

Paradoxalmente, as publicações jurídicas, principalmente as coletâneas de legislação, tendem a se desatualizar facilmente diante da voracidade do poder legiferante. As bibliotecas jurídicas precisam adquirir sistematicamente novas edições para atualizar seus acervos.

Além disso, o Direito sofre também uma grande expansão no número de documentos publicados em papel ou em formato eletrônico, especialmente de doutrinas. Passos e Barros (2009, p.97) confirmam isso ao afirmarem que:

Um rápido levantamento da produção brasileira de informação jurídica analítica, indexada na Bibliografia Brasileira de Direito, mostra que, entre 1980 e 2006, foram publicados 37 332 livros e capítulos de livros, 72 311 artigos de periódicos e 5 230 artigos de jornais.

Dessa forma, utilizando a bibliometria, será avaliada a tipologia, o idioma e a idade dos documentos citados nas monografias dos alunos de direito da UFRGS. É importante salientar que o Direito se classifica em Direito Público e Direito Privado. No Direito Público existe as subclasses que são Direito Internacional Público, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Processual, Direito Penal, Direito Previdenciário entre outros. O Direito Privado se subdivide em Direito Civil, Direito do Trabalho, Direito Comercial, Direito Internacional Privado e Direito do Consumidor. Essas informações podem ser pertinentes para o resultado final do trabalho.

Esse estudo tornou-se importante, pois permitiu um maior conhecimento sobre a área jurídica e sobre os documentos por ela utilizados. Com ele foi possível entender porque ainda utilizam-se documentos de séculos passados para validar conceitos tão atuais e também conhecer a diversidade das fontes de informação que um jurista precisa dominar para ser um profissional bem informado.

## 1.2 JUSTIFICATIVA E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

A ideia deste trabalho se deu no momento em que a autora, então funcionária de uma biblioteca universitária de uma instituição privada, voltada para atender somente o Curso de Direito, sentiu a necessidade de divulgar a importância dos artigos de periódicos para a pesquisa científica, buscando mostrar o quanto eles são capazes de enriquecer os trabalhos acadêmicos.

O tema foi proposto com base nas avaliações realizadas nas listas de referências dos alunos de Direito em fase final de curso da instituição. Percebeu-se que os mesmos utilizavam com pouca ou nenhuma frequência os artigos de periódicos que a biblioteca oferecia. Em virtude disso surgiram questionamentos como: será que os alunos não sabem encontrar os artigos? Será que eles não acreditam na qualidade dessa fonte de informação? Por que os alunos de direito não utilizam artigos de periódicos para a elaboração de seus trabalhos de TCCs? Será que os artigos têm suficiente divulgação e são de fácil acesso?

A justificativa desse trabalho se dá também pela necessidade de apresentar a importância dos artigos de periódicos como fonte de pesquisa para os estudantes de um curso tão conceituado intelectualmente na sociedade como é o curso de Direito. Além de procurar conhecer quais são as fontes de informação mais utilizadas por

eles para suas pesquisas e o que mudou no uso da tipologia documental no período de cinco anos.

Sendo assim, a partir das observações apresentadas o problema dessa pesquisa se constitui como: Quais as características dos documentos utilizados pelos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para a elaboração de seus TCCs?

### 1.3 OBJETIVOS

Segue abaixo o objetivo geral e os objetivos específicos desse trabalho.

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as referências utilizadas pelos alunos de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos Trabalhos de Conclusão do Curso de graduação (TCC).

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar a tipologia, a idade e o idioma dos documentos utilizados nas referências dos TCCs do curso de Direito da UFRGS nos anos de 2005 e 2010;
- b) Verificar a frequência do uso dos artigos de periódicos nos TCCs dos alunos de direito da UFRGS;
- c) Analisar as mudanças no uso das tipologias dos documentos utilizados nos TCCs de 2005 e 2010 no curso de Direito da UFRGS.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é apresentada a fundamentação teórica para o desenvolvimento dessa pesquisa. Ela traz e discute os principais conceitos criados pelos especialistas das áreas aqui tratadas.

Abordam-se assuntos como as fontes, a busca e o uso da informação, e a avaliação da produção científica segundo a bibliometria. Como a pesquisa está voltada para o curso de Direito, buscou-se um referencial que atendesse a essa área específica. Muito pouco se tem localizado sobre estudos avaliativos e bibliométricos na área de Direito mas, por outro lado, é possível verificar que há uma grande discussão entre os profissionais bibliotecários que atuam nas bibliotecas jurídicas quanto ao crescimento excessivo dos documentos jurídicos. Assim, nesse capítulo é apresentado o embasamento teórico para esse estudo.

### 2.1 FONTES DE INFORMAÇÃO

A ciência se desenvolve a partir de uma necessidade de informação, uma dúvida, um questionamento que leva o pesquisador a buscar respostas para saná-los. Esses questionamentos podem surgir de uma informação já existente, de uma conversa com outros pesquisadores, bem como de conhecimentos equivocados e deficitários.

Le Coadic (2004) diz que reconhecer a necessidade informacional de uma pessoa permite entender porque a mesma se envolve num processo de busca da informação. O autor ainda afirma que a busca pela informação é uma necessidade inerente à vida social, tornando-se fundamental para todos. É a partir dessa busca que estudos começam a ser realizados, novas dúvidas vão surgindo, respostas são encontradas e após obtenção de algum resultado, positivo ou não, o pesquisador tem como prática registrar o produto dessa pesquisa em algum suporte, sendo ele físico ou eletrônico. Porém, como afirmam as autoras Campello e Campos (1993, p. 17):

O fato de uma informação ser publicada por si só não assegura que ela será conhecida, isto é, que atingirá o objetivo final da comunicação. E a função do profissional da informação é justamente assegurar que, através de mecanismos adequados, a informação seja conhecida e seja fisicamente acessível [ . . . ]

Meadows (1999) afirma que há várias maneiras de a pesquisa ser comunicada, sendo que as mais usuais se dão por meio da fala e da escrita. Campello e Campos (1993, p. 17) dizem ainda que:

O resultado do trabalho intelectual de estudiosos e pesquisadores é comunicado, geralmente, através de algum tipo de publicação. Ideias, descobertas, dados, e opiniões são registrados na forma de artigos de periódicos, trabalhos de congressos, relatórios técnicos, listagens de computador, material audiovisual, etc. e, divulgados, passam ao domínio público. O conjunto desses registros vai formar a chamada literatura científica.

Essa literatura é afetada pelo crescimento extensivo de pesquisas que vêm sendo feitas em diversas áreas e sobre múltiplos assuntos, o que causou, segundo Campello e Campos (1993), a explosão bibliográfica. Essa grande expansão na produção do material bibliográfico fez com que surgisse a necessidade de um controle mais rígido sobre aquilo que era publicado, levando em consideração apenas os materiais realmente confiáveis. Essa é, segundo Mueller (2003, p. 21):

[. . .] uma das características mais importantes da ciência, pois a distingue do conhecimento popular, não científico. Para obter [essa] confiabilidade, além da utilização de uma rigorosa metodologia científica para a geração do conhecimento, é importante que os resultados obtidos pelas pesquisas de cientista sejam divulgados e submetidos ao julgamento de outros cientistas, seus pares.

Para Campello e Campos (1993), são processos muito difíceis, pois essas sofrem influência de diversos fatores. Cabe, de acordo com Mueller (2003), ao profissional da informação conhecer e usar as fontes de informação sobre a literatura científica. Esses precisam ser capazes de reconhecer essas fontes, porém, mais que isso, precisam reconhecer as dúvidas e reais necessidades informacionais de seus usuários, os quais nem sempre chegam à biblioteca com suas dúvidas e necessidades bem específicas. Portanto, cabe ao profissional identificar isso e fornecer as informações e fontes de pesquisa corretas. As autoras ratificam tal incumbência ao afirmarem que é substancial que os profissionais que tratam e cuidam da informação conheçam a literatura com a qual trabalham e também conheçam quem vai utilizá-la. Isso é ainda mais importante quando se trata de uma literatura mais especializada, pois a mesma sofre influência da quantidade de

pesquisas e publicações que são realizadas, além da influência na diversidade de materiais que surgem rapidamente e que, com a mesma rapidez, se tornam arcaicos.

Com objetivo de facilitar a compreensão e o conhecimento dos diferentes tipos de documentos, alguns autores classificam as fontes em virtude do caráter das informações nelas publicadas. Essa classificação, de acordo com alguns autores, as organiza em fontes: primárias, secundárias e terciárias. Antes de passarmos para as classificações é importante que seja conceituado fontes de informação.

De acordo com a literatura, conceituar fontes de informação não é algo muito fácil. Devido a sua diversidade, muitos autores fazem uso da tipologia do documento para caracterizar o que de fato são fontes de informação. Conforme Villaseñor Rodrigues (1998, p. 29, tradução nossa)<sup>1</sup> “[. . .] não existem estudos autônomos que definam e caracterizem as fontes de informação em seu conjunto. As contribuições são escassas e na maioria dos casos insuficientes [. . .]”. Porém a autora define as fontes de informação como sendo “[. . .] todos aqueles instrumentos e recursos que servem para satisfazer as necessidades informativas de qualquer pessoa, tenham ou não sido criados com essa finalidade [. . .]” (1998, p. 31, tradução nossa)<sup>2</sup>. Ratificando a ideia da autora, Carrizo Sainero (1994, p. 30, tradução nossa)<sup>3</sup> diz que as “[. . .] fontes de informação são todos os materiais ou produtos, originais ou elaborados, que trazem notícias ou testemunhos, através dos quais se acessa o conhecimento, qualquer que seja este.” Dessa forma, tudo é fonte de informação, se o objetivo é produzir conhecimento.

Na área jurídica, Silva (2000) afirma que devido à especialidade há três tipos de fontes de informação, que são: a doutrina, a legislação e a jurisprudência, porém Passos e Barros (2009) classificam as fontes de informação jurídica em primárias, secundárias e ocasionais. Aqui utilizaremos a primeira classificação mencionada (primária, secundária e terciária), com base na literatura de Campello e Campos (1993) e de Mueller (2003), profissionais reconhecidas por seus estudos sobre fontes de informações.

---

<sup>1</sup> No existen estudios autónomos que definan y caractericen las fuentes de información en su conjunto. Las aportaciones teóricas son escasas y la mayoría de los casos insuficientes [. . .]

<sup>2</sup> “[. . .] “fuentes de información” se conocen todos aquellos instrumentos y recursos que sirven para satisfacer las necesidades informativas de cualquier persona se hayan creado o no con esse fin [. . .]

<sup>3</sup> “[. . .] fuentes de Información a los materiales o productos, originales o elaborados, que aportan noticias o testimonios *a través de los cuales se accede al conocimiento, cualquiera que este sea.*

A escolha pelos documentos está relacionada diretamente com a área em que atua o pesquisador, que por sua vez precisa de informações que garantam veracidade ao seu estudo, além do assunto por ele tratado. Morigi e Bonotto (2004, p. 144) dizem que:

No ambiente acadêmico, por exemplo, existe ainda uma certa restrição em relação ao uso de fontes, uma vez que a comunidade científica estabeleceu os cânones que devem fazer parte do discurso científico. Assim, as fontes mais utilizadas e reconhecidas continuam sendo as fontes bibliográficas convencionais, como livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, índices e periódicos de resumos, nos últimos anos, também disponibilizados em formato eletrônico.

No que tange a área do Direito, Passos e Barros (2009, p. 122) afirmam que as fontes de informação jurídica “[. . .] podem ser representadas por pessoas, instituições, empresas, cartórios, obras de referência, serviços e sistemas de informação, base de dados, etc., podendo ser fisicamente presente ou não na biblioteca.”

Conforme Campello e Campos (1993) diferentemente das outras áreas, o Direito é mais dependente das fontes nacionais, por suas peculiaridades próprias, além de utilizar documentos próprios da área como: diários oficiais e da justiça, coletânea de leis e de jurisprudência entre outros documentos. É importante salientar que, de acordo com Passos e Barros (2009, p. 122), “No caso específico do direito [. . .] algumas fontes não possuem [. . .] reconhecimento da autenticidade e integridade de conteúdo.”, o que pode tornar o processo de classificação desses documentos mais difícil.

### **2.1.1 Fonte de Informação Primária**

As fontes de informações primárias são aquelas divulgadas exatamente conforme a produção do seu autor. Passos e Barros (2009, p. 121) dizem que “[. . .] as fontes primárias de informação são aquelas que contêm a informação como apresentada em sua forma original, inteira, isso é, não condensada nem resumida, não selecionada nem abreviada.” Sendo documentos de primeira mão, elas aparecem de diferentes formas. Campello e Campos (1993) dizem que essas podem ser divulgadas na forma:

- a) os periódicos científicos;
- b) diários oficiais;
- c) anais de congresso;
- d) relatórios técnicos;
- e) teses e dissertações;
- f) patentes;
- g) diários;
- h) normas técnicas;
- i) fotografias;
- j) documentos originais.

Por serem documentos originais, sem cortes, essas fontes são mais difíceis de serem identificadas. A partir disso surgem as fontes de informação secundárias.

### **2.1.2 Fonte de Informação Secundária**

Por vez, as fontes secundárias nascem da análise das fontes primárias, facilitando o uso e o acesso das informações antes difundidas pela primária. Para Mueller (2003) nesse tipo de fonte as informações são organizadas e de acordo com uma ordem pré-estabelecida. Passos e Barros (2009, p 121) também entendem que “Os conhecimentos são apresentados de forma sintética em alguns casos, analítica em outros, segundo uma ordenação ou sistematização que facilite a consulta.”

As fontes secundárias são:

- a) enciclopédias;
- b) dicionários;
- c) manuais;
- d) tabelas;
- e) revisões de literatura;
- f) tratados;
- g) certas monografias e livros-texto;
- h) anuário.

As informações nas fontes secundárias possuem finalidades e características específicas, dependendo do seu intento.

### **2.1.3 Fonte de Informação Terciárias**

As fontes de informações terciárias são mais complexas nesse processo de classificação, isso porque elas são facilmente confundidas com as fontes de informação secundárias. Embora Campello e Campos (1993) afirmem que as fontes terciárias são aquelas que têm a função de guiar o usuário para as fontes primárias e secundárias, há autores que afirmam que as fontes terciárias e secundárias são indistintas. As fontes terciárias são segundo as autoras (1993):

- a) bibliografias;
- b) serviço de indexação;
- c) resumos
- d) catálogos coletivos
- e) guias de literatura;
- f) diretórios.

## **2.2 BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO**

Ao longo da história, a produção literária foi crescendo progressivamente e a informação se tornou mais difícil de ser compreendida. Além disso, diferentes suportes foram criados para que essas informações pudessem ser disseminadas, o que tornou o processo de compreensão ainda mais difícil, pois esses suportes não eram suficientes para que as informações fossem recuperadas. Para Crespo e Caregnato (2003), as questões referentes à busca e uso da informação são processos fundamentais devido à importância da informação para a atividade científica. Para Le Coadic (2004, p. 26):

A informação é a seiva da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. A atividade de pesquisa constitui, com efeito, a aplicação do raciocínio ao corpo de conhecimentos acumulados ao longo do tempo e armazenados nas bibliotecas e centros de documentação.

Sabe-se que esse processo de busca e uso da informação varia de acordo com o usuário e com as áreas de interesse. Por isso, é preciso que o usuário que necessita da informação conheça as ferramentas que estão à disposição para seu uso, e que saiba como se dá acesso a essas informações. Para isso ele precisa saber que pode contar com a ajuda do bibliotecário, assim como este deve estar preparado e disposto a ajudá-lo.

De acordo com Euclides (2007), é importante que o profissional conheça as necessidades dos seus usuários, pois é isso que qualifica as atividades de indexação, melhorando também o uso e a busca da informação. Porém, como afirma o autor, só depois de muito tempo, por volta de 1980, foi que se percebeu a importância do usuário para se compreender os estudos de busca e uso da informação. Com isso, eles tornaram-se peças fundamentais no estudo, levando-se em consideração suas particularidades informacionais e também a maneira como interagem com os sistemas de recuperação da informação. Para Le Coadic (2004, p. 7) “Não há mais distância que seja obstáculo à velocidade, nenhuma fronteira detém a informação”. Sendo assim é necessário que a informação circule adequadamente, para que cumpra sua função, ou seja, responder à necessidade de quem a busca.

Estudos apontam que a informação se desenvolve a partir da sua busca e do seu uso, seja no meio científico ou não. Muitos autores afirmam que essa busca só acontece no momento em que o indivíduo reconhece a sua necessidade informacional e o seu uso se dá com a seleção e interpretação dessas informações. Dantas (2008, p. 29) ainda afirma que a busca e o uso “[. . .] fazem parte das atividades sociais e humanas e, por meio destas, tornam-se úteis para um grupo ou indivíduo.” A *American Library Association (ALA) (1989)*<sup>4</sup> no *Presidential Committee on Information Literacy: Final Report* diz que todo o indivíduo tem direito a informação para melhorar sua vida e que ela deve atender as suas necessidade

---

<sup>4</sup> Traduzido de: To be information literate, a person must be able to recognize when information is needed and have the ability to locate, evaluate, and use effectively the needed information. Producing such a citizenry will require that schools and colleges appreciate and integrate the concept of information literacy into their learning programs and that they play a leadership role in equipping individuals and institutions to take advantage of the opportunities inherent within the information society. Ultimately, information literate people are those who have learned how to learn. They know how to learn because they know how knowledge is organized, how to find information, and how to use information in such a way that others can learn from them. They are people prepared for lifelong learning, because they can always find the information needed for any task or decision at hand.

pessoais e de negócios. A instituição ainda afirma que para isso ocorrer, é fundamental que a pessoa seja alfabetizada informacionalmente, sendo assim capaz de reconhecer quando a informação é necessária e tendo a habilidade de localizar e usar a mesma.

Ao questionar-se sobre o que levava as pessoas a buscar informação, Le Coadic (2004, p. 39) chegou à conclusão que seria “A exigência de um problema a resolver, de um objetivo a atingir e a constatação de um estado anômalo de conhecimento, insuficiente ou inadequado.” Sendo assim, o processo de busca e uso da informação é algo pessoal e subjetivo, pois é preciso que cada indivíduo reconheça a sua necessidade informacional.

Gasque (2008) realizou uma pesquisa de termos sobre busca e uso da informação, e observou que muitos termos similares eram utilizados, tais como: necessidade de informação, estudo de usuário, comportamento informacional, [competência informacional], letramento informacional, busca da informação e uso da informação. Na abordagem deste trabalho serão utilizados os termos busca e uso da informação, evitando assim, qualquer dificuldade de compreensão.

Ratificando as afirmações expostas pela ALA, Gasque (2008, p. 64) afirma que:

A busca da informação relaciona-se ao modo como as pessoas procuram as informações que atendam às suas necessidades. Envolve a busca ativa ou passiva da informação, o planejamento, as estratégias e a motivação para atingir objetivos, a monitoração de estratégias, o conhecimento e a definição de canais ou fontes de informação potenciais, as competências para usar tecnologias da informação e a avaliação do processo. O uso da informação compõe-se de atividades em que o indivíduo se engaja para apreender a informação e transformá-la em conhecimento. Compreende habilidades intelectuais como decodificação, interpretação, controle e organização do conhecimento.

Entende-se que o uso da informação envolve uma capacidade do indivíduo de refletir sobre a informação encontrada, melhorando seu processo de aprendizagem. Gasque (2008, p. 94) diz ainda que:

As ideias e o conhecimento científico resultam dos esquemas de pensamentos preliminares e da interação atenta entre o sujeito e o mundo, no qual o sujeito busca e usa a informação para produzir novos conhecimentos. Nesse sentido, a busca e o uso da informação são partes integrantes do processo de aprendizagem.

Le Coadic (2004) diz ainda que usar a informação é trabalhar ela de uma maneira que se adquira um resultado que satisfaça a necessidade de informação de um indivíduo.

Crespo e Caregnato (2003, p. 250-253) apresentam dois importantes modelos de busca da informação, o modelo de Kuhlthau e o de Ellis.

O modelo de Kuhlthau detalha os sentimentos que acompanham os indivíduos durante todas as etapas, sendo que estes sentimentos são analisados como inerentes a um processo de busca de informação. [Já] O modelo de comportamento de busca de informação desenvolvido por David Ellis como seu trabalho de doutorado, é centrado em aspectos cognitivos de busca de informação, e foi baseado no estudo do comportamento de diferentes grupos de cientistas sociais [ . . . ]

Embora, como afirmam as autoras, os dois modelos tenham semelhanças, o que os diferencia é que o primeiro é linear, preocupando-se com os estágios das atividades, voltado para as sensações e sentimentos do indivíduo, enquanto que o segundo está voltado para a maneira como o indivíduo age para obter as respostas às suas necessidades. Assim a busca da informação é motivada pela necessidade, mas também ocorre por meio de um processo, que reflete a forma como cada indivíduo realiza a sua busca. Meadows (1999, p. 215) enfatiza que “A diferença de objetivos leva a uma diferença dos hábitos de busca de informações [ . . . ]”, isso vai variar de acordo com o tipo de usuário e de pesquisa.

Outro fator determinante na busca e uso da informação são os tipos de fontes de informação a serem utilizadas. Meadows (1999) afirma que as escolhas das fontes se dão pelos diferentes assuntos e variam de acordo com as diferentes áreas. A busca, para transformar as dúvidas em novas informações, se dá através dessas fontes de informações disponíveis em diferentes suportes e que assumem diferentes características e classificações.

### 2.3 AVALIAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O processo de avaliar, julgar e escolher algo é muito comum e importante para a sociedade em geral, mas para a ciência esse processo é fundamental, pois é a partir dele que as informações recuperadas são qualificadas.

Na Ciência, as informações são geradas no momento em que o pesquisador sente a necessidade de encontrar respostas para os seus questionamentos e passa

a buscar as respostas por meio do método científico. Mas, a informação por si só não tem valor, é preciso que ela seja registrada em algum suporte, seja encontrada e responda a necessidade de um público, ou seja, ela precisa ser comunicada. De acordo com Le Coadic (2004, p. 26) a informação é um “Fluido preciso, continuamente produzido e renovado, [. . .] [e] só interessa se circula, e, sobretudo, se circula livremente”.

Packer e Meneghini (2006, p. 237) dizem que:

Visibilidade é uma característica desejável da comunicação científica. Ela representa a capacidade de exposição que uma fonte ou fluxo de informação possui de, por um lado, influenciar seu público alvo e, por outro, ser acessada em resposta a uma demanda de informação.

Essa necessidade de influenciar um público era muito comum na Grécia Antiga, onde os gregos, segundo Meadows (1999), se reuniam para discutir sobre a ciência valendo-se da fala e da escrita. O autor ainda afirma que Aristóteles foi quem mais influenciou aquele período, sendo suas ideias passadas aos árabes e a Europa Ocidental.

A introdução da imprensa na Europa, no século XV, facilitou ainda mais a concretização desse sonho. A disponibilidade de textos impressos aumentou rapidamente. Estima-se que a produção média de livros por ano no mundo aumentou [cem vezes a sua produção num período de cem anos]. Tal mudança num prazo relativamente curto causou grande impacto na difusão da informação. (MEADOWS, 1999, p. 3)

Mas a mudança na difusão da informação ocorreu após a II Guerra Mundial, onde aconteceu a então mencionada explosão da informação. Nesse período, sentiram a necessidade de um controle bibliográfico e conseqüentemente de organizar e dar qualidade a literatura científica. As indústrias, governos e grandes empresas passaram a ser mais atuantes no que tange a produção de conhecimento científico.

Le Coadic (2004, p. 26) afirma que a ciência “[. . .] não tinha por vocação servir a algum desenvolvimento técnico. Ao se tornar experimental, sua vocação passa a ser produzir conhecimentos, a fim de satisfazer a necessidades práticas e econômicas.” Assim, passou a ser de grande interesse para as indústrias e governo investir financeiramente na pesquisa, uma vez que viram na ciência uma fonte de desenvolvimento econômico rentável.

Para que os pesquisadores conseguissem financiamento para suas pesquisas, as agências passaram a avaliar criteriosamente a produção científica. Para isso começaram a fazer uso de indicadores que permitiam medir os resultados. De acordo com Prat (1998), esses indicadores possibilitavam aos cientistas demonstrarem aos investidores que valia a pena investir em ciência.

Nas últimas décadas, o investimento nas pesquisas teve um aumento exponencial, isso porque, conforme Witter (2006, p. 291) “[. . .] a produção científica passou a requerer altos investimentos, não só governamentais como privados tornando mais premente a avaliação do saber-fazer-poder da ciência.” Essa avaliação se dá com muita frequência e naturalidade na sociedade como um todo.

Nas Universidades, de acordo com Job (2006, p. 202):

[. . .] a produção científica (incluindo-se aqui a acadêmica) [. . .] sofre processos de avaliação tanto por parte dos pesquisadores como por parte dos leitores, com dupla finalidade de verificar os avanços obtidos e de refletir o status de um campo científico e de seus produtores.

Estudantes em busca de materiais para fundamentar seus trabalhos avaliam se esses são pertinentes ou não ao lerem o resumo ou a introdução, valendo-se até mesmo de outras análises. Na pesquisa científica essa avaliação ocorre de maneira mais complexa. De acordo com Freitas (1998) a avaliação tem sido muito comum entre cientistas, organizações empresariais e instituições públicas. Elas têm buscado esse método como meio para garantir o desenvolvimento e o aperfeiçoamento contínuo de suas áreas, atividades e negócios.

Witter (2006, p. 289) especifica que:

A avaliação da produção científica se faz em vários contextos, por vários atores e recorrendo-se a vários critérios e instrumentos de avaliação. Há instrumentos mais simples e mais complexos, de cunho mais qualitativo ou quantitativo, destinados a fins diversos.

A autora (2006) ainda que, com isso, foram criados critérios e instrumentos (ferramentas) que tornaram a avaliação mais formal, tendo o cuidado de avaliar todas as fases da produção do conhecimento. Essa avaliação é fundamental para que seus pesquisadores e todos os envolvidos na pesquisa tenham uma postura mais reflexiva, buscando respostas mais pertinentes e reais, não permitindo que os mesmos divulguem informações falazes.

Freitas (1998, p. 2) descreve que:

[. . .] têm-se utilizado largamente alguns indicadores de desempenho: índice de citações, prestígio dos periódicos onde os trabalhos são publicados, peer-ranking [. . .] levantamento e índices de produtividade e levantamento quantitativo da produção por instituições, áreas do conhecimento, regiões ou países.

A preocupação do governo e das empresas em avaliar as produções científicas se dá pelo elevado investimentos que as mesmas fazem nesses estudos. Segundo Mugnaini, (2006a, p. 55), para que se tenha ideia do custo-benefício na escolha do tipo de avaliação é:

[. . .] importante considerar, também, que a qualidade da análise de informações (por exemplo, bibliográficas) sobre determinado elemento em estudo está diretamente vinculada ao rigor do levantamento dessas informações. Em se tratando de produção científica, a análise por pares, em que cada documento é lido integralmente, é muito mais rigorosa que a bibliométrica, muito menos detalhada se restringindo às características bibliográficas. Contudo, a análise bibliométrica pode ser mais indicada em se tratando de grande quantidade de documentos.

A avaliação por pares parte do pressuposto que os pesquisadores convocados a avaliar os estudos propostos são os mais capacitados para isso, uma vez que têm conhecimento especializado, sendo aptos a julgar se o estudo é relevante ou não. Normalmente essa avaliação é realizada em artigo de periódicos. Já a avaliação bibliométrica está voltada para a contagem de produção intelectual dos pesquisadores, visando, mapear e qualificar essa produção.

### **2.3.1 Bibliometria**

Com o avanço tecnológico os pesquisadores vêm sofrendo imensas dificuldades de buscar e recuperar informações que sejam pertinentes à sua pesquisa. Isso se torna ainda mais difícil com a constante ampliação da tipologia dos documentos e dos suportes onde os mesmos são armazenados.

O fator qualidade é outro aspecto a ser levado em consideração no momento da busca. Com o uso excessivo de documentos em formato eletrônico, muitas vezes a pesquisa fica comprometida, pois nem sempre é possível confirmar a veracidade

do documento, quando esses não são buscados e recuperados em fontes confiáveis.

Em relação à avaliação qualitativa da informação, Santos e Kobashi (2009, p. 156) afirmam que “Esse lado desafiador, vem sendo compensado, porém, pela criação de métodos e técnicas de tratamento, análise e visualização de informação, de naturezas diversas, baseado em princípios estatísticos [ . . .]” como a bibliometria, a cientometria, a infometria e webometria. Embora esses termos sejam congêneres, como afirmam os autores Bufrem e Prates (2005), Job (2006) e Vanti (2002), suas aplicabilidades são diferentes, uma vez que cada uma propõe medir a disseminação do conhecimento sobre perspectivas diferentes. Nesse estudo será dada ênfase para a bibliometria, uma vez que trata do método aplicado no contexto da pesquisa.

Santos e Kobashi (2009, p. 157) afirmam que “O uso de métodos estatísticos e matemáticos para mapear informações, a partir de registros bibliográficos de documentos (livros, periódicos, artigos), não constitui fato novo.” O termo bibliometria, por exemplo, foi utilizado pela primeira vez por Paul Otlet em 1934 (1986) que dizia que em todas as áreas do conhecimento científico, medir a informação é uma forma superior de abordagem, uma vez que é apropriado estabelecer as medidas de avaliação relativas ao livro e aos demais documentos.

De acordo com Vanti (2002, p. 153):

Em 1948, na Conferência da Aslib em Leamington Spa, Ranganathan sugeria a necessidade de os bibliotecários desenvolverem a “bibliotecometria”, já que as bibliotecas lidavam com grande quantidade de números. Porém, foi somente em 1969, no Seminário anual do Documentation Research and Training Centre (DRTC), que ele apresentou um trabalho com alguns exemplos de aplicação da estatística na biblioteconomia. Foi com base neste trabalho e em pesquisas realizadas no DRTC [que foram expostas a aplicabilidade da bibliometria].

Bufrem e Prates (2005, p. 11) afirmam que “A bibliometria, como prática multidisciplinar, começou a ser usada para identificar comportamentos da literatura e sua evolução em contexto e época determinados.” Porém, hoje, mais do que isso, a bibliometria tem sido utilizada para avaliar e descrever estudos nos diferentes campos do conhecimento científico e, segundo as autoras, “[ . . .] o termo está relacionado ao estudo dos processos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação e designa também os processos e mecanismos avançados de busca *on-line* e técnicas de recuperação da informação.”

Assim como Bufrem e Prates (2005), Spinak (1998) também entende que a bibliometria tem um alcance multidisciplinar e expõem isso ao afirmar que a mesma compreende a: “[. . .] organização dos setores científicos e tecnológicos a partir de fontes bibliográficas e patentes para identificar os autores, suas relações e suas tendências.” (SPINAK, 1998, p 143, tradução nossa) O autor ainda assevera isso ao afirmar que a bibliometria trata de várias medições da literatura, dos documentos e outros meio de comunicação.

Vanz e Caregnato (2003 p. 299) dizem que:

A bibliometria, enquanto método quantitativo de investigação da ciência, utiliza a análise de citação como uma de suas ferramentas, a fim de medir o impacto e a visibilidade de determinados autores dentro de uma comunidade científica, verificando quais “escolas” do pensamento vigoram dentro das mesmas.

É importante acentuar que, conforme Witter (2006, p. 289): “Medir é um processo complexo, que vem se aperfeiçoando ao longo da história e que para ser cumprido a contento vem recorrendo a meios diversos que asseguram objetividade e precisão [. . .]”. É para obter essa objetividade e precisão, com o propósito de validar esse estudo que se utiliza como método de avaliação a bibliometria que, de acordo com Vanz e Caregnato (2003, p. 296), “[. . .] tem como premissa o fato de que os cientistas constroem seu trabalho a partir de obras anteriores e mostram isso mencionando-as em seus textos, em uma lista de referências.” Além do mais, Mugnaini, Carvalho e Campanatti-Orstiz (2006b, p. 325) descrevem que:

Na maioria das vezes, quanto maior o número de referências favoráveis a um determinado artigo, mais relevante ele é. Além disso, é utilizado também para avaliação da qualidade da produção científica, para o estabelecimento de políticas de aquisição de periódicos, para a liberação de bolsas por agencias de fomento e para a contratação de profissionais.

Para que esses financiamentos, investimentos e as políticas de aquisições de materiais aconteçam e sejam bem sucedidas, faz-se uso de indicadores bibliométricos que permitem determinar:

a) o crescimento de qualquer campo da ciência, de acordo com cronológica variação no número de artigos publicados na mesma; b) O envelhecimento dos campos científicos, de acordo com a "meia-vida" das referências e das suas publicações, c) a evolução cronológica da produção científica, por ano de publicação dos documentos, d) a produtividade dos autores ou instituições medido pelo número de suas obras, e) a colaboração entre cientistas e instituições, medida pelo número de autores por artigo ou

colaborando em centros de pesquisa f) o impacto ou a visibilidade de publicações na comunidade científica internacional, medida pelo número de citações recebidas por essas obras posteriores; publicações dispersão e científicos; g) análise e avaliação de fontes de emissoras de trabalho, por meio de indicadores de impacto das fontes; h) a dispersão das publicações científicas entre as fontes, etc. (SANCHO, 1990, p. 843, tradução nossa)

Sendo assim, escolheu-se bibliometria, porque ela permite identificar estes indicadores, e através deles analisar os aspectos quantitativos da produção, da disseminação e também do uso das informações registradas, ampliando suas aplicações para múltiplas áreas do conhecimento.

### **2.3.2 Análise de Citação**

Citações são trechos extraídos de outros documentos que têm como objetivo enriquecer ou até mesmo esclarecer a ideia de quem está citando. Na comunidade científica citar é imprescindível. Além de incluir parte da ideia de alguém, é fundamental que seja incluída a fonte de onde essa informação foi extraída, respeitando assim os direitos autorais. Gil (2010, p. 188) autentica isso ao afirmar que “As ideias de outros autores, quando inseridas no trabalho, devem ser indicadas com precisão para conferir maior autoridade ao texto. É indispensável que sejam mencionados os dados necessários à identificação da fonte da citação.” É através dessas informações que as análises de citação são utilizadas para a avaliação da produção científica. Meadows (1999) lembra que as citações são excelentes medidas de qualidade quando corretamente construídas, do contrário, pode se tornar um problema sério para a pesquisa.

Ravichandra Rao (1986, p. 200) diz que “Os principais objetivos da análise de citações são avaliar e interpretar as citações de artigos, autores, instituições e outros agregados das atividades científicas.” Freitas (1998) acrescenta ainda que a análise de citações tem a pretensão de medir a qualidade dos trabalhos científicos via dados quantitativos, baseando-se no impacto ou importância dada pela comunidade científica a alguns autores e seus trabalhos.

Para Vanz (2004, p. 34) “A análise das citações, considerada uma das ferramentas da bibliometria, relaciona o citante com o citado, mostrando o que foi publicado em determinada área do conhecimento, dirigindo o leitor para outras fontes de informação e destacando, na literatura analisada, os periódicos mais

produtivos em determinado tema ou assunto.” Isso mostra que as mesmas são realmente fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. Uma vez que se entende que ela é a relação entre dois documentos é possível conhecer o processo de desenvolvimento da ciência; o que se usa como fonte de informação hoje que não se usava há décadas ou séculos passados.

Há inúmeros autores que entendem a análise de citação como sendo uma das ferramentas mais importantes da bibliometria. Isso porque ela possibilita mensurar as fontes de informações utilizadas pelos citantes, além de permitir analisar os idiomas e idades dos documentos. Isso, de acordo com Vanz e Caregnato (2003) permite que sejam conhecidas as comunidades científicas das diversas áreas do conhecimento.

Citar é um processo muito subjetivo, dotado muitas vezes de motivos pessoais. Macias-Chapula (1998), reafirma isso ao dizer que as razões que levam um autor a citar outro, são muitas vezes para prestar homenagem, para apresentar a comunidade científica que conhece e domina a literatura da área, para retificar o próprio trabalho, fazendo uma espécie de autopromoção. Além disso, os documentos citados, quanto à idade e idioma variam muito de acordo com a área do conhecimento. Algumas áreas tendem a citar documentos mais antigos do que outras. Vanz (2004), diz que o uso de documentos mais antigos e o próprio idioma também estão relacionados com os orientadores da pesquisa. Quando os pesquisadores possuem formação *stricto sensu* no exterior, tendem a citar documentos de autores que encontraram em suas pesquisas na época em que estavam estudando.

No curso de Direito, objeto desse estudo, é possível notar nas monografias, que os autores utilizam um número considerável de documentos antigos, além disso, eles têm como hábito a utilização de leis que já foram revogadas, o que pode ser um objeto para próximos estudos. Entende-se com isso que o termo obsolescência é muito relativo e que documentos ditos “velhos” fazem parte de um processo natural de uma literatura que vem mudando constantemente, mas que nem por isso pode ser considerada como inutilizável.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada para o desenvolvimento do estudo sobre a análise bibliométrica dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos anos de 2005 e 2010.

#### 3.1 TIPO DE ESTUDO

Existem diferentes métodos utilizados na produção do conhecimento científico. O que foi utilizado para o desenvolvimento desse trabalho é o método descritivo, com caráter quantitativo. Para Gil (2010, p. 28) a pesquisa descritiva “[. . .] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”

Reis (2008) afirma que a pesquisa descritiva é um estudo mediador entre a pesquisa exploratória e a explicativa, além disso, afirma que a mesma se intensifica por meio de técnicas padronizadas de coletas de dados, que podem ser questionários e observações sistemáticas. Essa descrição do objeto estudado permitiu resultados mais precisos e padronizados.

A escolha da pesquisa quantitativa se deu a partir da análise do problema da pesquisa e dos objetivos traçados, uma vez que se pretendia realizar uma análise bibliométrica da tipologia dos documentos utilizados pelos alunos do Curso de Direito da UFRGS no desenvolvimento de suas monografias. Por ser quantitativo, este tipo de pesquisa se caracteriza pelo tratamento dos dados utilizando técnicas estatísticas, conforme afirmam Raupp e Beuren (2003). Reis (2008, p. 58) ainda diz que a pesquisa quantitativa “[. . .] tem o intuito de garantir resultados e evitar distorções de análise e de interpretações, traduzindo em número as informações analisadas e dados coletados.” Por todos esses fatores a pesquisa descritiva quantitativa, utilizando o método bibliométrico, foi a mais adequada para esse estudo.

### 3.2 CORPUS DA PESQUISA

As informações referentes aos Trabalhos de Conclusão de Curso - TCC dos anos de 2005 e 2010 do curso de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS foram coletadas junto a Biblioteca setorial do Curso de Direito e no Repositório Lume da UFRGS, respectivamente. No primeiro momento foram feitas buscas dos TCCs no catálogo on-line SaBi, através do sistema de busca: Coleção – Trabalhos de Conclusão de Curso. Após a recuperação dos documentos, foi preciso separar os TCCs de graduação e os TCCs de especialização. Os trabalhos de 2010 encontravam-se todos disponíveis no repositório Lume, bem como no Catálogo on-line com acesso ao texto completo, e os de 2005 estavam disponíveis somente em formato físico.

O corpus do estudo é composto de 70 monografias do ano de 2005 e 130 monografias do ano de 2010, conforme apresenta a Tabela 1. Essa diferença se justifica porque em 2005 o número de formandos foi menor que em 2010. Informações que foram confirmadas pela lista dos formandos desses dois períodos, disponibilizada pela Comissão de Graduação do Curso de Direito da UFRGS para o desenvolvimento desse trabalho.

Tabela 1 – TCCs do curso de Direito da UFRGS

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE TCCs</b>
2005	70
2010	130
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>

Fonte: Elaborado pela autora

A escolha desses dois períodos, tendo uma lacuna de cinco anos, se justifica pela possibilidade de reconhecer mudanças no uso dos documentos referenciados pelos alunos ao desenvolverem suas monografias. Tais diferenças não seriam visíveis se fossem escolhidos períodos muito próximos um do outro, pois mudanças dificilmente se apresentam em períodos curtos. Um intervalo maior, por outro lado, seria impossibilitado, uma vez que a elaboração dos TCCs passou a ser obrigatória a partir da Resolução COMGRAD Nº 2/2004.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Segundo Pádua (2000) a etapa de coleta de dados é o ponto de partida dentro da fase do desenvolvimento da pesquisa. O objetivo é reunir os dados pertinentes relacionados ao objeto a ser investigado.

A coleta dos dados se deu em duas partes. Primeiramente foram feitas pesquisas no catálogo on-line SaBi, utilizando a pesquisa avançada, nela foram recuperados todos os trabalhos acadêmicos (TCC de graduação e TCC de especialização) de direito publicados nos períodos de 2005 e 2010. No segundo momento foram feitas pesquisas no repositório LUME. A pesquisa no repositório aconteceu utilizando-se como busca as informações anteriormente coletadas no catálogo SaBi. Embora o catálogo ofereça o texto completo dos TCCs, buscas foram realizadas no repositório com a intenção de asseverar de que nenhum documento pudesse não ser recuperado. Apenas as monografias de 2010 foram encontradas no repositório, sendo necessário buscar as monografias de 2005 na Biblioteca do curso de Direito.

Os dados foram retirados das listas de referências das monografias do Curso de Direito, no período de 2005 e de 2010. A coleta foi manual tanto para as monografias impressas quanto para as monografias em meio eletrônico, disponíveis no repositório LUME.

Para organizar os trabalhos utilizou-se o *software Microsoft Excel 2007*, onde, no primeiro momento, as monografias foram dispostas em ordem alfabética pelo sobrenome dos autores e depois enumeradas com numeração arábica. Esse processo foi feito separadamente para documentos de 2005 e os documentos de 2010. Após a organização desses dados, foram criadas outras planilhas contendo as referências citadas nos trabalhos. Nelas foram informadas a idade do documento citado, nome do periódico citado, idioma e tipo de documento.

### 3.4 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados quantitativos desse estudo foram coletados, como já mencionado, das seções de referência presentes nas monografias. Para organizar e documentar as informações, foram feitas impressões das folhas de rosto com as suas respectivas referências das monografias de 2010, pois essas se encontravam *on-*

line, já as monografias de 2005, as folhas de rosto e as listas de referências foram primeiramente escaneadas e logo após foram impressas, isso porque as mesmas estavam disponíveis em formato físico. Não foram feitas cópias dessas monografias por questões de custo e porque algumas não poderiam ser retiradas da biblioteca.

Primeiramente as monografias foram organizadas, no *software Microsoft Excel 2007*, em ordem alfabética, recebendo uma numeração em números arábicos, conforme a Figura 1. Realizou-se essa tarefa para recuperar o documento pelo nome do autor ou pelo título da obra, caso fosse preciso.

Figura 1 – Planilha contendo os dados das monografias

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q
2	nº	ANO	AUTOR			TÍTULO			ORIENTADOR								
3	1	2010	AGNES, Patrícia Stein			pnados por acidente durante o t			SEVERO, Sérgio Viana								
4	2	2010	ALGARVE, João H. K. A. R. S.			Flexos no direito internacional			MOROSINI, Fábio								
5	3	2010	ANSELMO, Caio Alexandre C.			comércio e os direitos humano			MOROSINI, Fábio								
6	4	2010	ARCANJO, Aline Soares			pria do reconhecimento de Axel			BARZOTTO, Luciane Cardoso								
7	5	2010	AZEVEDO, Julio Rafael B.			ção do Direito Fundamental Soci			SILVEIRA, Domingos Sávio D.								
8	6	2010	ÁVILA, Paula Schmitt			emendatio libelli e o contraditó			KNUJNIK, Danilo								
9	7	2010	BACKES, Ângela Regina			édio moral nas relações de trab			ORNELES, Leandro do Amaral D								
10	8	2010	BASSAN, Louise Freiburger			e da prisão preventiva para ga			KNUJNIK, Danilo								
11	9	2010	BELLON, Murilo Tropea			ela jurisdicional na perspectiva			OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro								
12	10	2010	BELTRAME, Sara Siebert			ção de trabalho decente a partir			BARZOTTO, Luciane Cardoso								
13	11	2010	BERTELLI, Rodrigo Soares			il e a situação da homologação			MOROSINI, Fábio								
14	12	2010	BOHN, Lucas Silveira			e aplicação da garantia nemo te			KNUJNIK, Danilo								
15	13	2010	BOHRER, Mariana Dalago			proibição do uso estético de câ			SOUZA, Maria Isabel de A.								
16	14	2010	BONDARCZUK, Eduardo Henrique			Aplicável no Direito de Insolvê			JAEGER JUNIOR, Augusto								
17	15	2010	BRITO, Vanderli da Cruz da			Graciosa entre união estável no dir			BANNURA, Jamil Andraus Hanna								
18	16	2010	BRITTO, Hegel Pereira			iedade e ameaças à soberania:			SEVERO, Sérgio Viana								
19	17	2010	BROCHIER, Roberta Swarowsky			ido de caso de omissão municí			FREITAS, Juarez								
20	18	2010	BUGS, Gabriel Tórnio Torres			bras de sociedade anônima: est			ZANINI, Carlos Klein								

Fonte: Elaborado pela autora

Para a tabulação das análises dos dados foi criado um banco de dados também no *software Microsoft Excel 2007*, com o objetivo de organizar as informações pertinentes a esse estudo.

Na planilha, conforme a Figura 2, cada coluna representa a variável a ser estudada, exceto as colunas número e data do documento que foram colocadas para identificação das monografias, já as linhas um, dois, três... (1,2,3...) correspondem as referências utilizadas nessas monografias. Esse procedimento foi realizado tanto para as monografias de 2005, quanto para as de 2010.

Figura 2 – Informações dos documentos citados nas monografias

1	PLANILHA COLETA DE CITAÇÕES DOS TCCs						
2	Número	Data do documento	ANO	NOME DO PERIÓDICO	TIPOLOGIA	IDIOMA	AUTOR
3	1	2010	2005		livro	português	ALBERGARIA, Bruno
4	1	2010	2004		Legislação	português	ANTT
5	1	2010	2005		livro	português	Associação Brasileira de Química
6	1	2010	2007	Revista Jurídica	Artigo de periódico	português	AZEVEDO, Álvaro Viliça
7	1	2010	2010		Reportagem	português	TV Bandeirantes
8	1	2010	2006		livro	português	BARROSO, Lucas Abreu
9	1	2010	1993		livro	português	BENJAMIN, Antonio Herman
10	1	2010	2010		Legislação	português	BRASIL
11	1	2010	2010		Legislação	português	BRASIL
12	1	2010	1981		Legislação	português	BRASIL
13	1	2010	1985		Legislação	português	BRASIL
14	1	2010	1998		Legislação	português	BRASIL
15	1	2010	2002		Legislação	português	BRASIL
16	1	2010	2005		Jurisprudência	português	BRASIL
17	1	2010	1996		Jurisprudência	português	BRASIL
18	1	2010	1995		livro	português de Portug	Canotilho, José J. Gomes
19	1	2010	2010		livro	português	Canotilho, José J. Gomes
20	1	2010	2008		livro	português	Carvalho, Délon Winter de

Fonte: Elaborado pela autora

Apesar de ser um *software* simples e bastante usual, ele permitiu realizar todas as análises previstas neste estudo. Através das organizações das informações dos documentos citados nas monografias, foi possível criar as tabelas das variáveis constituídas nesse trabalho, além dos seus respectivos gráficos.

Para o resultado dessa pesquisa foram criadas as planilhas e gráficos de cada período (2005 e 2010) individualmente. Esses dados foram agrupados para que fosse possível fazer a análise comparativa dos dois períodos.

### 3.5 DEFINIÇÃO DOS INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS

O estudo proposto teve como base os indicadores bibliométricos abaixo.

#### 3.5.1 Tipologia do documento

As fontes utilizadas nas citações das monografias foram classificadas em:

- a) artigo de periódico;
- b) artigo de periódico eletrônico;
- c) artigo eletrônico;
- d) capítulo de livro;
- e) dicionário;

- f) dissertação;
- g) documento exclusivo em meio eletrônico;
- h) doutrina;
- i) e-book;
- j) e-mail;
- k) entrevista;
- l) evento;
- m) folheto;
- n) glossário;
- o) jurisprudência;
- p) legislação;
- q) livro;
- r) material didático;
- s) normas;
- t) ppt;
- u) relatório técnico;
- v) reportagem;
- w) site;
- x) tesouro;
- y) tese;
- z) trabalho de especialização e trabalho de graduação

Essas fontes de informações foram estabelecidas com bases em trabalhos anteriores, mas foram acrescentados PPT, reportagem e sites com base nas referências dos TCCs avaliados, visto que os alunos especificavam suas referências dessa forma.

É importante destacar que as doutrinas foram consideradas um tipo de documento conforme a definição da NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO..., 2002, p. 9) que diz que as mesmas são discussões técnicas sobre questões legais. Isso porque na área jurídica costuma-se chamar de doutrina documentos como os livros que muitas vezes não apresentam tais discussões legais.

### 3.5.2 Idiomas

Para esse indicador considerou-se o idioma no qual o documento foi citado na referência, pois mesmo estes podem ter sido publicados em outros idiomas.

As variáveis dos idiomas foram definidas em:

- a) Alemão,
- b) Espanhol,
- c) Francês,
- d) Inglês,
- e) Italiano,
- f) Português,
- g) Português de Portugal

Especificou-se os idiomas Português e Português de Portugal por entender que o segundo tem característica internacional.

### 3.5.3 Idade

Para definir a temporalidade ou idade dos documentos foram identificadas as datas presentes nas respectivas citações. Nos documentos on-line utilizou-se a data da publicação, desconsiderando a data de acesso ao documento. Quanto aos documentos que não continham data nenhuma a temporalidade foi definida como “não informa”. Não houveram documentos com datas aproximadas, conforme a norma de referências sugere.

## 4 RESULTADOS

Nesse capítulo são apresentados e interpretados os resultados do estudo através de gráficos e tabelas.

### 4.1 TIPOLOGIA DOS DOCUMENTOS

O universo de informações jurídicas que vem sendo produzido ao longo do tempo é colossal, o que dificulta o acesso e a pesquisa dos usuários que dependem dessas informações. Há estudos que apontam que são produzidos no mundo, um documento jurídico por minuto, o que provoca um descontrole informacional. Porém, com a transição dos documentos do meio físico para o meio eletrônico esse acesso, que antes era árduo, tornou-se mais fácil, mas também trouxe seu ônus; um aumento ainda maior de publicações dessa área. Passos e Barros (2009, p. 103) dizem que:

Os métodos tradicionais de atualização da produção jurídica transformaram-se em meios absolutamente insuficientes para atender às necessidades dos profissionais da área do direito. A expansão e popularização dos recursos tecnológicos deram origem a diversos suportes de registro da informação, desde o microfilme até os potentes discos óticos de armazenamento. Com a internet, a disseminação da informação passou a contar com um dos mais importantes instrumentos de pesquisa, permitindo a milhões de usuários o acesso a inúmeras fontes de conhecimento nacionais e internacionais.

Essa afirmação reforça os resultados apresentados nesse estudo, onde aparecem uma variedade de documentos e o uso de outros idiomas além do português.

Na Tabela 2 são apresentadas as tipologias dos documentos utilizados nesses dois períodos. Nela é possível verificar um aumento na diversidade de documentos utilizados na construção das monografias e uma diferença no suporte físico e eletrônico. Dos 27 documentos mencionados nesta variável, nove não foram utilizados em 2005, enquanto em 2010 apenas dois não foram citados.

Tabela 2 – Tipos de documentos utilizados nos TCCs em 2005 e 2010

TIPO DE DOCUMENTO	ANO 2005		ANO 2010	
	FREQ.	(%)	FREQ.	(%)
Artigo de Periódico	586	23%	693	12%
Artigo de Periódico Eletrônico	47	2%	69	1%
Artigo Eletrônico	55	2%	294	5%
Capítulo de Livro	176	7%	315	6%
Dicionário	18	1%	21	0%
Dissertação	5	0%	23	0%
Documento exclusivo em meio Eletrônico	0	0%	2	0%
Doutrina	0	0%	37	1%
e-book	0	0%	2	0%
e-mail	0	0%	1	0%
Entrevista	0	0%	1	0%
Evento	21	1%	32	1%
Folheto	0	0%	1	0%
Glossário	0	0%	1	0%
Jurisprudência	32	1%	546	10%
Legislação	89	4%	486	9%
Livro	1456	58%	2988	53%
Material Didático	3	0%	3	0%
Normas	0	0%	1	0%
PPT	0	0%	1	0%
Relatório técnico	7	0%	24	0%
Reportagem	4	0%	52	1%
Site	1	0%	0	0%
Tesouro	5	0%	0	0%
Tese	7	0%	16	0%
Trabalho de Especialização	1	0%	3	0%
Trabalho de Graduação	1	0%	11	0%
<b>TOTAL</b>	<b>2514</b>	<b>100%</b>	<b>5623</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Ainda na tabela 2, é possível verificar, levando-se em consideração que no ano de 2005 foram analisados 70 TCCs e em 2010 foram 130, que a maior diferença quanto ao tipo de documentos citados está na jurisprudência, onde em 2005 foram citados apenas 1% do valor total das referências analisadas e em 2010 foram citados 10%. Também se verifica um aumento, comparando os dois períodos, no uso da legislação em 2005 foram citados 4% desses documentos e em 2010 9%.

Comparando ainda esses dois períodos foi possível verificar também, que foram citados 11% a mais de artigos de periódicos em 2005 do que em 2010. Porém, ao observar os dois períodos individualmente, pode-se notar que os artigos

de periódicos correspondem a 23% dos documentos usados em 2005 e em 2010 os mesmos correspondem a 12%, números bastante consideráveis. Essas diferenças nas porcentagens podem se justificar pelo fato de, em 2005, ter sido utilizado menos tipos de documentos que em 2010, o que ocasionou uma distribuição mais ordenada entre os documentos mais utilizados na pesquisa.

Quanto aos artigos de periódicos eletrônicos, é possível perceber que houve um aumento no seu uso, nos dois períodos. Porém, levando-se em consideração que em 2005 foram apenas 2% e em 2010 foi 1%, nota-se que há uma resistência em usar esse tipo de documento nesse formato ou que talvez poucos artigos científicos na área jurídica estejam disponíveis para consulta na internet. Ferreira e outros autores (2009) ao avaliar os periódicos científicos de Direito que estão disponíveis *on-line*, descobriram que os mesmo estão crescendo gradativamente nesse suporte. Eles afirmam que de 1991 a 2008, o aumento desses periódicos em formato eletrônico cresceu de 1 para 13 títulos, para títulos nacionais. Hoje, é possível encontrar no Portal de Periódicos da Capes 126 periódicos científicos na área jurídica em diversos idiomas, disponíveis no *Directory of Open Access Journals Free* – DOAJ. Dessa maneira, apesar do aumento considerável do número de artigos de periódicos em diferentes formatos, esses não ocasionaram mudança na preferência pelo tipo de documento, pois a preferência ainda é dada aos livros.

Ainda na Tabela 2 verifica-se a necessidade dos alunos de Direito em fazer uso de dicionários para complementar ou compreender determinados conceitos, visto que a linguagem jurídica é muito técnica e rebuscada.

O uso dos demais documentos como as teses, dissertações, trabalhos de especialização, entre outros, tiveram uma participação mínima nas construções das monografias, o que reforça o conservadorismo quanto ao uso dos livros.

O Gráfico 1 aponta que a maioria dos documentos utilizados para o desenvolvimento dos TCCs são livros, periódicos em qualquer suporte, com caráter científico ou não, jurisprudências, legislações e capítulos de livros.

O que provavelmente justifica o uso desses tipos de documentos são as peculiaridades que as informações jurídicas têm comparada às demais profissões. A área jurídica produz muita reflexão e discussões entre seus especialistas e mesmo as leis que foram revogadas ainda produzem jurisprudência (interpretação das informações jurídicas) o que acarreta o surgimento de novos documentos. Passos (2006) confirma isso ao afirmar que o número de informações jurídicas publicadas

ocorre por causa da necessidade de comentar e analisar as normas jurídicas e também pela facilidade de publicação na internet. Essas reflexões e discussões são inerentes à profissão jurídica e ultrapassam as fronteiras nacionais. O que é notável na análise de idiomas utilizados pelos alunos.

#### 4.2 IDIOMA

Analisando a preferência dos idiomas apresentados nos documentos utilizados na construção dos TCCs do curso de Direito, verificou-se, conforme a Tabela 3, que há uma preferência pelo uso da língua portuguesa nos dois anos, com 82% em 2005 e 89% em 2010; seguida pela língua inglesa com 10% e 5% nesses dois períodos respectivamente. A tabulação dos dados mostra ainda que os 8 % dos idiomas de 2005 e 6% em 2010 ficaram distribuídos entre os demais idiomas.

Tabela 3 – Idioma por período

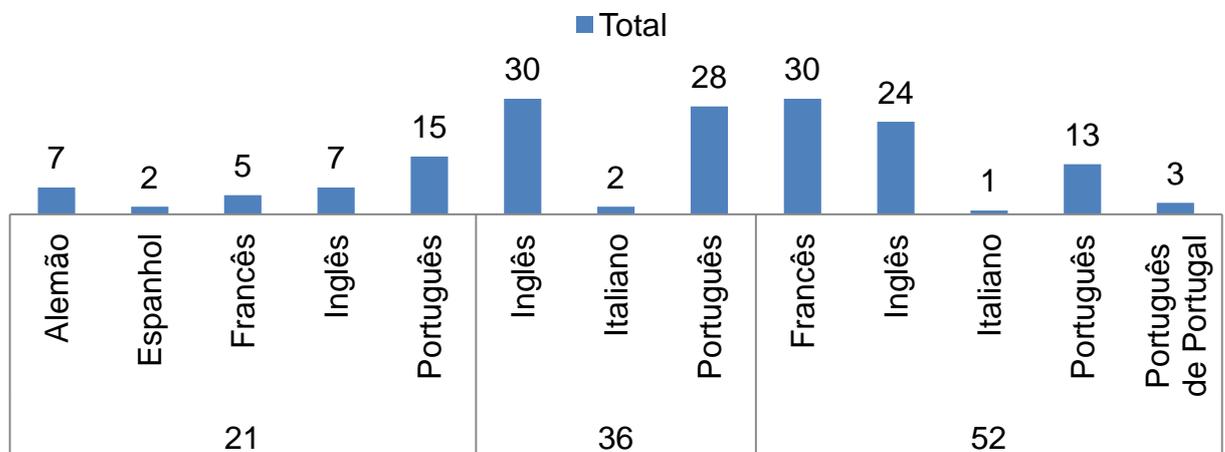
<b>IDIOMA</b>	<b>2005</b>	<b>(%)</b>	<b>2010</b>	<b>(%)</b>
Alemão	7	0%	45	1%
Espanhol	81	3%	165	3%
Francês	66	3%	23	0%
Inglês	239	10%	309	5%
Italiano	22	1%	38	1%
Português	2069	82%	4986	89%
Português de Portugal	30	1%	58	1%
<b>TOTAL</b>	<b>2514</b>	<b>100%</b>	<b>5624</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora

A preferência pelo idioma português está diretamente relacionada ao uso das legislações e jurisprudências que na sua grande maioria são de caráter nacional. Além disso, é preciso levar em consideração que, normalmente, as bibliotecas optam por livros nacionais pela baixa taxa de aquisição de livros estrangeiros para o enriquecimento do acervo, uma vez que os mesmos são caros e têm pouco uso pelo corpo discente, que na sua grande maioria são alunos de graduação. Outro aspecto relevante é o domínio da língua portuguesa, já que na maioria dos cursos de graduação não é obrigatória à proficiência em outro idioma além do vernáculo, o que não ocorre na pós-graduação *stricto sensu*, onde é obrigatório o domínio de um ou mais idiomas além da língua de origem.

Observou-se que os trabalhos que fizeram uso dos idiomas como alemão, francês e italiano, o fizeram porque havia por parte dos autores certo domínio da língua. Constatou-se isso pela frequência com que esses idiomas apareceram em um mesmo trabalho. Em todos os TCCs os documentos em língua portuguesa foram utilizados, mas nem sempre esse foi o idioma que predominou e isso se confirma no Gráfico 2 e Gráfico 3, onde foram separados, aleatoriamente, três trabalhos de cada um dos dois períodos estudados.

Gráfico 1 - TCCs 2005 com predomínio de outros idiomas que não o Português



Fonte: Elaborado pela autora

\*Os números 21, 36, 52 são os números dados aos trabalhos de TCCs nos anos de 2005. Cada trabalho recebeu um número em algarismo arábico para que fossem melhor organizados.

No Gráfico 2, o trabalho 21 tem como assunto o Direito Comercial brasileiro, nele foram citados 36 documentos onde 15 eram língua portuguesa e os outros 17 documentos estavam divididos entre alemão, espanhol, francês e inglês. O uso desses idiomas se justifica pelo assunto que a monografia apresenta, uma vez que o direito comercial trata com muita frequência das relações comerciais entre países.

No trabalho 36 o assunto geral foi o Direito Administrativo, proteção cambial e operação swap que são trocas financeiras, onde um investidor paga ao outro as variações do dólar de um determinado período. Isso possivelmente justifica o predomínio do inglês, seguido do português e pouco uso do italiano.

No trabalho 52, predominaram os idiomas francês e inglês aproximadamente 76% dos documentos nesses idiomas, ficando o italiano, o português e o português

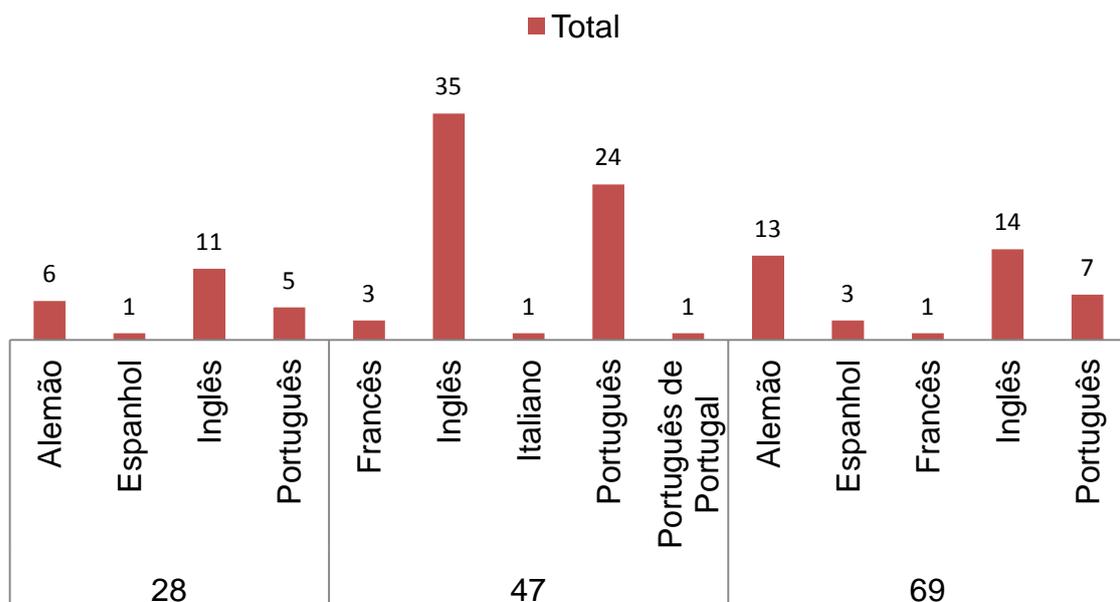
de Portugal com aproximadamente 24% dos documentos, isso provavelmente ocorreu porque o assunto abordado no trabalho se deteve nos Contratos na República Popular da China comparados com o Direito Francês.

O trabalho 28 do gráfico 3, teve como tema o Direito Comparado e análise do Direito Constitucional entre os EUA e o Brasil o que justifica o predomínio da língua inglesa, mas não o da alemã, um idioma relativamente difícil para quem não domina. Porém, observou-se que os documentos em alemão citados no trabalho eram de um importante jurista austríaco, o qual tem como língua predominante o alemão. O mesmo tem muitas publicações que tratam sobre Direito Internacional, Direito Constitucional e inconstitucionalidade, tema da monografia.

No trabalho 47 o uso de documentos em inglês e português foram predominantes e o trabalho abordou assuntos como contratos e cláusula compromissória, sem nenhuma relação com Direito Internacional ou Direito Comparado.

Já no trabalho 69, realizou-se um estudo sobre Carl Schmitt jurista alemão do século XIX e o poder estatal, o que por vez justifica os idiomas inglês e alemão, seguido do português, espanhol e francês.

Gráfico 2 - TCCs 2010 com predomínio de outros idiomas que não o Português



Fonte: Elaborado pela autora

\*Os números 28, 47, 69 são os números dados aos trabalhos de TCCs nos anos de 2010. Cada trabalho recebeu um número em algarismo arábico para que fossem melhor organizados.

Observando os trabalhos extraídos dos anos de 2005 e 2010 é possível verificar que existe, mesmo que o idioma português predomine no resultado total dessa pesquisa, um interesse em buscar em trabalhos internacionais informações que enriqueçam os estudos brasileiros.

Ao analisar os tipos de documentos mais citados pelo idioma, percebeu-se um aumento no uso do idioma alemão com relação ao tipo de documento. Em 2005 esse idioma apareceu apenas em artigos de periódicos científicos e em livros, já no ano de 2010 o mesmo apareceu em livros, capítulo de livros e legislações. É importante lembrar que o número de documentos de 2005 é inferior ao número de documentos analisados em 2010, o que pode interferir nos resultados, mas se forem levados em consideração que foram analisados 100% dos documentos dos dois anos, então, realmente houve um uso maior de artigos de periódicos em diversos idiomas em 2005 do que em 2010 e um aumento no uso de documentos no idioma alemão em 2010.

No ano de 2010 foram citados seis vezes mais artigos eletrônicos do que em 2005. Os artigos eletrônicos foram classificados assim porque não possuíam características de um artigo científico. São textos retirados de site e blogs e que possivelmente não passaram pela avaliação de pares. O que ratifica as observações realizadas anteriormente de que com o advento da internet houve um aumento na produção de informações jurídica, levando muitos pesquisadores a utilizarem outros documentos além dos livros em suporte físico.

É possível observar também, que a frequência do uso do francês caiu de 2005 para 2010, apesar do número de trabalhos ter aumentado, o que não aconteceu com os demais idiomas, cujo uso aumentou. Além disso, nota-se que o maior uso de outros idiomas está nos livros, apesar dos livros em língua estrangeira não serem adquiridos com muita frequência pelas bibliotecas.

Algo que favorece o uso de outros idiomas é a variedade de fontes de informação indexadas na internet ou pelo fato da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) ter como um dos critérios de avaliação da produção intelectual, para aferir a qualidade dos artigos, um corpo editorial diversificado entre autores do estado, do país e de outros países.

As informações aqui mencionadas podem ser melhor observadas na Tabela 4, onde estão sendo informados os tipos de documentos mais citados pelos idiomas.

Tabela 4 – Tipo de documento por idioma dos TCCs 2005 e 2010

TIPO DE DOCUMENTO	IDIOMA													
	ALEMÃO		ESPAÑHOL		FRANCÊS		INGLÊS		ITALIANO		PORTUGUÊS		PORTUGUÊS DE PORTUGAL	
	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010
Art. Periódico	2	-	9	31	25	2	76	73	5	8	468	579	1	-
Art. Periódico Eletrônico	-	-	1	4	1	-	5	3	-	1	40	61	-	-
Artigo Eletrônico	-	-	1	7	1	1	14	60	1	1	37	225	1	-
Capítulo de Livro	-	9	9	14	9	-	36	15	-	3	122	272	-	2
Jurisprudência	-	-	-	4	-	-	8	8	-	-	24	532	-	2
Legislação	-	3	-	7	2	4	4	30	-	1	83	434	-	7
Livro	5	33	60	96	22	14	88	86	16	24	1237	2688	28	47
<b>Total geral</b>	<b>7</b>	<b>45</b>	<b>80</b>	<b>163</b>	<b>60</b>	<b>21</b>	<b>231</b>	<b>275</b>	<b>22</b>	<b>38</b>	<b>2011</b>	<b>4791</b>	<b>30</b>	<b>58</b>

Fonte: Elaborado pela autora

Para a tabela utilizaram-se apenas esses tipos de documentos porque foram, comparado aos demais, os documentos mais citados em todos os trabalhos no período de 2005 e 2010. Em 2005 esses documentos correspondem a 97% no total de documentos citados e em 2010 esses correspondem a 96%. Isso pode ser verificado na Tabela 2, anteriormente apresentada.

### 4.3 IDADE DOS DOCUMENTOS

A idade do documento é uma variável importante a ser levada em consideração pelos bibliotecários, uma vez que é um dos critérios de descarte ou remanejamento do acervo. Lancaster (2004) confirma isso ao afirmar que o uso de um determinado documento se reduz com a sua idade. Nas bibliotecas, muitas vezes livros são descartados com base na sua idade, ou pelo menos removidos para um depósito menos acessível. Porém, o critério idade vai depender da área em que os trabalhos são publicados. Strehl (2005, p.22) afirma que:

Isso se deve ao fato de que as áreas apresentam taxas diferenciadas de obsolescência. Em outras palavras, pode-se dizer que o tempo de pertinência dos conhecimentos produzidos varia de acordo com o ritmo de atualização de cada um dos diversos ramos do saber, apresentando invariavelmente reflexo na idade das referências citadas nas publicações.

Como já foi mencionada anteriormente, a área Jurídica, embora produza documentos novos constantemente, faz uso das leis, doutrinas e outros documentos muito antigos para justificar ou até mesmo reiterar o que diz a lei atual.

Ainda que para Oberthofer (1991) o envelhecimento de uma informação está relacionado diretamente com a passagem do tempo, ou seja, quanto mais velha for a informação, menos valor ela tem no meio científico, mas para Passos e Barros (2009, p. 95) “A longevidade é uma das características mais importantes da informação jurídica.” Apesar, de muitas leis já terem sido revogadas, seus atos ainda são estudados nos dias de hoje, o que é possível observar na idade dos documentos citados nas monografias de 2005 e 2010 do Curso de Direito da UFRGS. Assim, um documento antigo pode parecer obsoleto, mas na área jurídica pode ser uma fonte de informação fundamental para compreensão e/ou resultado de um processo.

Tabela 5 - Tipo de documento por idade

TIPO DE DOCUMENTO	Até 1900		De 1901-1950		De 1951-1960		De 1961-1970		De 1971-1980		De 1981-1990		De 1991-2000		De 2001-2011		Não Inf.	
	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010	2005	2010
Artigo de Periódico	-	-	5	2	3	9	9	7	15	18	42	47	259	186	234	406	19	18
Artigo de Periódico Eletrônico	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	10	8	34	54	2	6
Artigo Eletrônico	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	13	13	72	41	206	
Capítulo de Livro	-	-	1	2	-	1	-	6	6	3	6	3	50	56	111	244	2	-
Dicionário	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3	2	9	7	2	9	2	2
Dissertação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	4	19	-	-
Documento exclusivo em meio Eletrônico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Doutrina	-	-	-	1	-	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	17	-	16
e-book	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
e-mail	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Entrevista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Evento	-	2	-	-	-	1	-	1	1	1	1	1	5	3	11	18	3	4
Folheto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Glossário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Jurisprudência	-	-	-	-	-	1	1	4	-	7	-	10	4	65	14	420	13	39
Legislação	2	12	9	42	1	6	7	35	8	20	17	73	21	95	20	137	4	66
Livro	2	4	25	38	31	43	28	47	87	101	102	134	528	564	627	2019	26	38
Material Didático	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-
Normas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
PPT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Relatório técnico	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	4	6	12	-	6
Reportagem	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	2	36	2	12
Site	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Tesouro	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	3	-	1	-	-	-
Tese	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4	15	-	-
Trabalho de Especialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	-
Trabalho de Graduação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	9	-	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>19</b>	<b>40</b>	<b>86</b>	<b>35</b>	<b>61</b>	<b>46</b>	<b>102</b>	<b>119</b>	<b>153</b>	<b>172</b>	<b>275</b>	<b>895</b>	<b>1010</b>	<b>1088</b>	<b>3497</b>	<b>115</b>	<b>419</b>

Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos estudos que tratam sobre o anacronismo da literatura abordam apenas as citações de periódicos. Porém, aqui, foram levados em consideração todos os tipos de documentos citados pelos autores dos trabalhos. Isso porque a área do direito faz uso de documentos muito antigos e os mesmos são muito variados, não ficando atrelados aos artigos de periódicos.

De acordo com a Tabela 5 foram citados poucos documentos com idade até 1900, mas é possível verificar que houve um aumento de itens desse período entre os anos de 2005 e 2010. Em 2010 foram citados seis vezes mais legislações do que em 2005, além disso, é interessante observar que em 2010 fez-se uso de um artigo eletrônico com data do século XIX. Aliás, é relevante dizer que na coleta dos dados foi possível observar que os estudantes de direito buscam muitos itens de legislação e jurisprudência na internet, o que reafirma a ideia de que com a internet o acesso a documentos, tanto antigos quanto novos, ficou mais fácil.

Como já se mencionou anteriormente, os documentos mais citados foram livros, periódicos em qualquer suporte, com caráter científico ou não, jurisprudências, legislações e capítulos de livros. Aqui, ao analisar a idade, é nítida a oscilação no uso dos artigos. Para alguns períodos, como por exemplo: 1901-1950 e 1961-1970, as monografias de 2005 utilizaram mais artigos do que as de 2010 e em outros momentos isso se deu ao inverso.

Quanto os capítulos de livros, houve pouca diferença de uso nas monografias de 2005 e 2010. Porém, foi possível verificar que os autores dos trabalhos, embora tenham utilizado capítulos da década de 60 e 70, buscaram documentos mais recentes como complemento à bibliografia já consolidada.

Por sua vez, se observa o uso de jurisprudência, legislação e livros de diversas idades com crescimento progressivo. Embora tenham sido utilizados documentos do século XIX e XX, esses não foram os que mais apareceram. O número maior de documentos citados, tanto nas monografias de 2005 como de 2010 tem idades entre 2001 e 2011. Esse fato pode levar a entender que mesmo que a área jurídica tenha a necessidade, por suas características próprias, de buscar informações muito antigas para reafirmar as novas, há também a necessidade de buscar, numa proporção maior, as informações atuais. Talvez a idade recente de certos documentos sejam um reflexo do uso das jurisprudências, já que são releituras da informação jurídica.

É importante levar em consideração os documentos que não possuíam data de publicação. Devido à falta de normalização das monografias, muitos autores não utilizaram nas suas referências a seção da norma NBR 6023 (ASSOCIAÇÃO..., 2002, p. 17) que diz que, “Se nenhuma data de publicação, distribuição, copirraite, impressão etc. puder ser determinada, registra-se uma data aproximada entre colchetes”, deixando assim os documentos sem data de publicação. A data desses trabalhos, ao serem contabilizadas neste estudo, foram classificadas como ‘não informa’ o que certamente provocou uma diferença nos documentos, visto que foram apresentados um total de 534 documentos sem data de publicação informada.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para colocar as considerações finais desse estudo é preciso retornar aos objetivos inicialmente estabelecidos, os quais constituíam-se em analisar as tipologias, a idade e o idioma dos documentos utilizados nas monografias dos alunos de Direito da UFRGS, verificar a frequência com que se utilizavam os artigos de periódicos e as mudanças no uso das tipologias dos documentos.

A partir da análise das referências das 200 monografias do curso de Direito da UFRGS, que compuseram o universo desse estudo, obteveram-se 8.137 citações, distribuídas entre os anos de 2005 e 2010, sendo que no primeiro ano havia 70 documentos e no segundo 130. Alguns resultados já eram previstos desde a organização dos dados. Outros resultados que não eram esperados permitiram uma reflexão a respeito da área jurídica e suas fontes de informação.

Levando-se em consideração primeiramente a tipologia dos documentos citados nas monografias, já se esperava um número significativo de uso dos livros e capítulo de livros, em virtude do conservadorismo da área. Esses compuseram mais de 61% das referências das monografias. O que não se imaginava era que, na diversidade de documentos citados, as legislações e jurisprudências seriam mencionadas em grandes proporções. As duas, levando-se em consideração os dois períodos, integraram 14% das citações nas monografias, o que coloca em distinção a importância desses documentos para a construção do referencial teórico.

Quanto aos artigos de periódicos, esses compuseram 16% das citações, o que leva a crer que há um reconhecimento importante desses documentos. Quanto aos artigos de periódico em meio eletrônico, seu uso foi ínfimo, apenas 1%, diferente dos artigos eletrônicos, que são todos aqueles que não possuíam características científicas na estrutura de suas referências, esses compuseram 4% das citações; 3% a mais que os artigos de periódicos eletrônicos. Esses resultados podem se justificar pela falta de conhecimento da existência de periódicos científicos na área jurídica publicados na internet que são de acesso livre. Isso acontece porque ainda existe um mercado editorial muito forte nessa área e que lucra de maneira intensa com as assinaturas desses documentos.

As citações de outros documentos foram extremamente pequenas, o que contabilizou apenas 2% dos 27 tipos de documentos analisados.

O idioma português predominou em 87% das citações, sendo o inglês o segundo idioma mais utilizado, com 7%, seguido do espanhol com 3%. Os idiomas alemão, francês, italiano e português de Portugal compuseram apenas 4% das citações. Embora o português seja predominante, como foram observados nos gráficos 2 e 3, documentos em outros idiomas foram muitas vezes mais utilizados do que o próprio português. Sabe-se que a facilidade com a língua é o que faz com que documentos nesse idioma sejam mais consultados, além disso, existem os documentos traduzidos que não foram levados em consideração nessa pesquisa.

Outro aspecto a ser levado em consideração é o fato da área jurídica se subdividir em outras diversas áreas, exigindo com isso uma contribuição de documentos internacionais. Isso compeliu os estudantes da área a buscar documentos nos demais idiomas que não apenas o português e o inglês.

Quanto à idade dos documentos, verificou-se que é uma tendência da área jurídica utilizar documentos antigos. As legislações que já foram revogadas continuam sendo objeto de pesquisa para reafirmar ou contextualizar as leis atuais. Os juristas fazem uso das jurisprudências, que são um conjunto de decisões sobre as interpretações legais. Com isso observa-se que a informação jurídica, diferente das outras áreas do conhecimento, tem uma vida útil quase que permanente. Sendo assim, não se pode desonerar um documento jurídico pela sua obsolescência. O que é bastante contraditório, uma vez que as bibliotecas jurídicas precisam adquirir frequentemente novos materiais porque os mesmos tornam-se desatualizados de um ano para o outro. Dessa forma, para que não haja um descarte equivocado, essas bibliotecas fazem o remanejamento do acervo mais antigo para um local separado, utilizando os critérios da Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC) desenvolvida pela bibliotecária e os demais profissionais responsáveis.

Esse estudo permitiu observar que, apesar de haver um crescimento no uso de novos tipos de documentos, e novos suportes; ainda se utiliza como forma de assegurar a qualidade e a veracidade das informações, os livros impressos. Mesmo os periódicos científicos não sendo documentos novos, pois começaram a ser publicados por volta do século XVII, ainda não são utilizados pelos alunos na mesma proporção que os livros e capítulos de livros. Isso porque ainda se entende que o que foi publicado em livros é mais seguro do que em qualquer outro suporte e também pelo reconhecimento intelectual dos autores das obras.

Todas essas observações permitem refletir sobre a dinâmica que envolve a área do Direito, visto que produz muita informação e muitos documentos num período curto.

As análises das referências das monografias do curso de Direito da UFRGS, permitiram repensar os critérios de aquisição e descarte dos documentos jurídicos. Ao constatar que os mesmos utilizam muitos livros e que isso independe da idade e do idioma, as políticas de desenvolvimento de coleções dessa área devem ser pensadas de maneira bem especializada, sem se basear em outras políticas que não sejam de caráter jurídico.

Devido as particularidades da área e também dos tipos de documentos utilizados, é importante para o desenvolvimento das informações jurídicas que novos trabalhos sobre análise de citação sejam feitos. Para isso, sugere-se estudos sobre a estratégia de busca dessas informações, além de estudos mais aprofundados sobre a conservação de documentos jurídicos, e a qualificação dos periódicos citados nessa área. Tendo em vista o uso de diversas obras obsoletas sugerem-se também estudos sobre o desenvolvimento de coleções na área jurídica, devido a diversidade de documentos por ela produzidos.

## REFERÊNCIAS

- AMERICAM LIBRARY ASSOCIATION. **Information Literacy Competency Standards for Higher Education**. Chicago: ACRL/ALA, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 28 nov. 2012
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- CAMPELLO, Bernardete Santos; CAMPOS, Carlita Maria. **Fontes de informação especializada**: características e utilização. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1993.
- CARRIZO SAINERO, Gloria; IRURETA-GOYENA SÁNCHEZ, Pilar; QUINTANA SÁENZ, Eugenio Lopez de. **Manual de fuentes de información**. Madrid: Confederación Española de Gremios y Asociaciones de Libreros, 1994.
- CRESPO, Isabel Merlo; CAREGNATO, Sônia Elisa. Comportamento de busca de informação: uma comparação de dois modelos. **EmQuestão**, Porto Alegre, v.9, n. 2, p. 271-281, jul./dez. 2003.
- DANTAS, Geórgia Geogletti Cordeiro. **A busca e o uso da informação em rede**: seguindo o trajeto do internauta em revista científica eletrônica. 2008. 151 f.: il. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2008.
- BUFREM, Leilah; PRATES, Yara. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 9-25, maio/ago. 2005.
- EUCLIDES, Maria Luzinete. **Representação das necessidades de informação na organização da informação**: uma análise de modelos teóricos de busca. 2007. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2007.
- FERREIRA, Aline de Alessio et al. Avaliação de periódicos científicos on-line na área do direito. **Revista CRB-8**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 12-26, set. 2009. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/3/3>>. Acesso em: 17 jun. 2013.
- FREITAS, Maria Helena de Almeida. Avaliação da produção científica: considerações sobre alguns critérios. **Psicol. esc. educ.** [online]. 1998, vol.2, n.3, pp. 211-228.
- GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias. **O pensamento reflexivo** O pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica. 2008. 242 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Brasília, Universidade de Brasília, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HOLANDA, Ana Paula de Araujo de. Re(pensando) o ensino jurídico: uma ruptura com as arcadas para o terceiro milênio. In: ENCONTRO NACIONAL DE FACULDADES DE DIREITO, 28., 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Síntese, 2000.

JOB, Ivone. Análise bibliométrica das teses de uma comunidade científica em educação física com um uso do método indiciário. **Revista Brasileira de Ciencia do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 201-216, set. 2006

LANCASTER, F.W. Obsolescência, desbaste e aproveitamento do espaço. In: \_\_\_\_\_. Avaliação de serviços de biblioteca. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1996.

MACIAS-CHAPULA, César A.. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da informação**, Brasília, v.27, n.2, p.134-140. maio/ago. 1998.

MARTÍNEZ, Sérgio Rodrigo. A evolução do ensino jurídico no Brasil. **Jus Navigandi**. Teresina. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/8020/a-evolucao-do-ensino-juridico-no-brasil>>. Acesso em: 12 out. 2012.

MEADOWS, Arthur Jack. **A Comunicação Científica**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos, 1999. 268p.

MORIGI, Valdir José; BONOTTO, Martha E. K. Kling. A narrativa musical, memória e fonte de informação afetiva. **Em Questão**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2004.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A ciência, o sistema de comunicação científico e a literatura científica. In: CAMPELLO, Bernardete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MUGNAINI, R. **O caminho para a adequação da avaliação da produção científica Brasileira: impacto nacional versus internacional**. 2006. 254 f. Tese (Doutorado e Ciência da Informação), São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006a. Disponível em: <[http://quoniam.info/competitive-intelligence/PDF/PhDs\\_Juries/PhD\\_Rogério\\_Mugnaini.pdf](http://quoniam.info/competitive-intelligence/PDF/PhDs_Juries/PhD_Rogério_Mugnaini.pdf)>. Acesso em: 12 abr. 2013.

MUGNAINI, R.; CARVALHO, T. de; CAMPANATTI-OSTIZ, H. Indicadores de produção científica: uma discussão conceitual. In: POBLACION, D. A.; WITTER, G.

P.; SILVA, J. F. M. da (Orgs.). **Comunicação e produção científica: contexto e avaliação.** São Paulo: Angellara, 2006b. cap. 12, p. 313-340.

OBERTHOFER, Cecília M. A. Valor da informação: percepção versus quantificação. **Ciências da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 119-129, jul./dez. 1991

OTLET, PAUL. O livro e a medida bibliométrica. In: FONSECA, Edson Nery (Org.). **Bibliometria: teoria e prática.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

PACKER, Abel L.; MENEHINI, Rogério. Visibilidade da produção científica. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação.** São Paulo: Angellara, 2006.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática.** 6. ed. rev. ampl. Campinas: Papirus, 2000. 120 p

PASSOS, Edilenice; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. **Fontes de informação para pesquisa em direito.** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.

POBLACION, Dinah Aguiar, WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto. **Comunicação & Produção Científica: contexto, indicadores e avaliação.** São Paulo: Angellara Editora, 2006.

PRAT, Anna Maria. Avaliação da produção científica como instrumento para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 206-209, maio/ago. 1998.

RAUPP, F. M. ; BEUREN, Ilse Maria . Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: Ilse Maria Beuren. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2003.

RAVICHANDRA RAO, I.K. **Métodos quantitativos em biblioteconomia e ciência da informação.** Brasília, DF: ABDF, 1986.

REIS, Linda G. **Produção de monografia da teoria à prática: o método educar pela pesquisa (MEP).** 2. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: SENAC, 2008.

SCHWARCZ, Lília Moritz; COSTA, Angela Marques da; AZEVEDO, Paulo Cesar de. **A LONGA VIAGEM DA BIBLIOTECA DOS REIS : Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANCHO, R. Indicadores bibliométricos utilizados en la evaluación de la ciencia y la tecnología. Revisión bibliográfica. **Revista Española de Documentación Científica**, v. 13, n. 3-4, p. 842-865, 1990. Disponível em: <  
[http://digital.csic.es/bitstream/10261/23694/1/SAD\\_DIG\\_IEDCyT\\_Sancho\\_Revista%20Espa%C3%B1ola%20de%20Documentacion%20Cientifica13\(4\).pdf](http://digital.csic.es/bitstream/10261/23694/1/SAD_DIG_IEDCyT_Sancho_Revista%20Espa%C3%B1ola%20de%20Documentacion%20Cientifica13(4).pdf)>. Acesso em: 12 maio 2013

SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; KOBASHI, Nair Yumiko. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p.155-172, jan./dez. 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. AZEVEDO, Paulo Cesar de. COSTA, Angela Marques da. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

SILVA, Adriana Barbosa da; CAMARGO, Cesar Floriano de. **Ensino do Direito no Brasil**. Disponível em: <[http://www.conpedi.org.br/anais/36/01\\_1200.pdf](http://www.conpedi.org.br/anais/36/01_1200.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2012.

SILVA, Elza Maria Tavares. Ensino de direito no Brasil: perspectivas históricas gerais. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2000, vol.4, no.1, p.307-312. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v4n1/v4n1a08.pdf>>. Acesso em: 13 de out. 2012.

SPINAK, Ernest. Indicadores cientométricos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p.141-148, maio/ago. 1998.

STREHL, Leticia. O fator de impacto do ISI e a avaliação da produção científica: aspectos conceituais e metodológicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n.1, p. 19-27, jan./abr. 2005.

VANTI, Nadia Aurora Peres. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

VANZ, Samile Andréa de Souza; CAREGNATO, Sônia Elisa Caregnato. Estudo de citações: uma ferramenta para entender a comunicação científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 295-307, jul./dez. 2003.

VANZ, Samile Andréa de Souza. **A produção discente em comunicação: análise das citações das dissertações defendidas nos programas de pós-graduação do Rio Grande do Sul**. 2004. 144 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VILASEÑOR RODRIGUEZ, Isabel. Los instrumentos para La recuperación de la información: las fuentes. In: TORRES RAMÍREZ, Isabel de (Ed.). **Las fuentes de información: estúdios teórico-práticos**. Madrid: Síntesses, 1998.

WITTER, Geraldina Porto. Produção científica: escala de avaliação. In: POBLACION, Dinah Aguiar; WITTER, Geraldina Porto; SILVA, José Fernando Modesto (Org.). **Comunicação e produção científica: contexto, indicadores e avaliação**. São Paulo: Angellara, 2006.

**APÊNDICE A – RESOLUÇÃO COMGRAD Nº 2/2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE DIREITO  
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO / COMGRAD

**RESOLUÇÃO COMGRAD Nº 2/2004**

A **COMISSÃO DE GRADUAÇÃO - COMGRAD** da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, no uso de suas atribuições, e em observância ao disposto na Resolução n.º 09 do Conselho Nacional de Educação, de 29 de setembro de 2004, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para o Curso de Graduação em Direito,

**RESOLVE:**

alterar e consolidar as normas para elaboração e avaliação do Trabalho de Curso dos Cursos de Ciências Jurídicas e Sociais Diurno (260-00) e Noturno (158-00) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul:

**I – Definição**

**Art. 1º.** O Trabalho de Curso, realizado individualmente na modalidade de monografia, consiste no resultado de um trabalho de pesquisa, organizado a partir de metodologia e plano previamente definidos, expresso por escrito e defendido perante banca examinadora, consagrado a um só assunto, baseado em fontes primárias e secundárias de Direito, cuja estrutura reflete as características do raciocínio e da argumentação jurídicas.

## II – Das Modalidades de realização do Trabalho de Curso

**Art. 2º.** Ficam instituídas, à opção dos discentes, duas modalidades de realização do Trabalho de Curso de Curso:

I – modalidade monofásica;

I – modalidade progressiva;

**Art. 3º.** A modalidade monofásica de realização da disciplina de Monografia de Conclusão consistirá em trabalho escrito, de 50 a 100 páginas, entregue em quatro vias, nos prazos fixados pela COMGRAD a cada semestre, assegurado um lapso temporal mínimo de trinta dias antes do término do semestre correspondente à formatura, sobre tema de livre escolha do discente, que conte com a aceitação de docente da Casa para a orientação.

§ 1º Será admitida a co-orientação de docente da UFRGS.

§ 2º O trabalho será avaliado em sessão pública, por Banca Examinadora, designada pelo Chefe do Departamento ao qual a disciplina estiver vinculada, ouvido o professor orientador, que dela fará parte na condição de presidente, conjuntamente com dois docentes, sendo necessariamente 1 (um) da UFRGS.

§ 3º A designação será publicada em data a ser estipulada a cada semestre pela COMGRAD, mediante editais fixados nos murais de cada departamento, com remessa obrigatória de cópia do ato à COMGRAD, que deverá publicizá-la por outros meios.

§ 4º Na designação da Banca Examinadora também deve ser indicado 1 (um) membro suplente, encarregado de substituir qualquer dos titulares em caso de impedimento ou de ausência.

§ 5º A Banca Examinadora somente poderá executar seus trabalhos com 3 (três) membros presentes. Não comparecendo um ou mais membros da Banca Examinadora, será marcada nova data para a apresentação, em prazo não inferior a 05 (cinco) dias.

§ 6º A constituição da banca poderá ser impugnada no prazo de 72h, a contar da publicação, mediante requerimento fundamentado dirigido ao Departamento, que deverá manifestar-se em 5 (cinco) dias.

**Art. 4º.** A modalidade progressiva de realização da disciplina de Monografia de Conclusão consistirá em um conjunto de cinco trabalhos monográficos escritos, de 15 a 30 páginas cada um, em espaço duplo, apresentados ao longo do Curso, em cinco semestres sucessivos ou alternados, sendo os dois últimos, obrigatoriamente, elaborados durante o oitavo, o nono ou o décimo semestres, vedada terminantemente a apresentação, para os fins deste artigo, de mais de um trabalho por semestre.

§ 1º A avaliação da disciplina de Método do Trabalho Científico fundar-se-á na elaboração e apresentação de um trabalho monográfico sobre tema constante do currículo dos primeiros dois semestres do Curso, à escolha do discente, atendidos os requisitos de forma referidos no caput deste artigo. Esse trabalho, se aprovado no mínimo com o conceito B, poderá valer como o primeiro do conjunto monográfico da modalidade progressiva de realização da disciplina de Monografia de Conclusão.

§ 2º Para os discentes inscritos no Programa de Monografia Progressiva – PMP - a matrícula na disciplina de Monografia de Conclusão será oferecida para o nono ou para o décimo semestre do Curso, devendo o quinto e último trabalho ser completado no curso do semestre da matrícula, sob pena de conceito FF.

§ 3º Os professores dispostos a participar do Programa de Monografia Progressiva – PMP - selecionarão, a cada semestre, os temas de monografia, na área da disciplina que ministra, para os fins da modalidade prevista neste artigo, valendo o trabalho resultante como parte da nota ou do conceito a ser atribuído ao discente.

§ 4º Os temas referidos no § 3º deste artigo, a serem apresentados aos discentes, deverão preferencialmente confluir para as linhas de pesquisa da Faculdade de Direito, estabelecidas pela COMGRAD, em articulação com os Programas de Pós Graduação da Unidade, homologadas pela Congregação.

§ 5º Corrigidos os trabalhos de que trata o caput deste artigo, para fins de avaliação do semestre, o professor solicitará ao discente o aprimoramento da pesquisa e/ou do texto, nos pontos que determinar, assinando-lhe um prazo razoável, de modo que, devidamente reavaliado, o trabalho possa vir a ser entregue no Departamento para fins de registro no sistema do PMP.

§ 6º Apresentados, registrados e autenticados no PMP os trabalhos monográficos, à medida que forem sendo executados nos semestres a que correspondam, o discente receberá o texto de cada trabalho de volta, para guardá-lo, podendo —se julgar adequado— aprimorá-lo e desenvolvê-lo com estudos posteriores.

§ 7º No semestre em que tiver se matriculado na disciplina de Monografia de Conclusão, deverá o discente apresentar, com o último trabalho monográfico, o conjunto organizado de suas produções, para fins de atribuição definitiva do conceito, pela equipe coordenadora do PMP, que decidirá em Conselho, convidando, se julgar necessário, os professores participantes, mormente se o discente aprimorou total ou parcialmente os trabalhos anteriormente apresentados.

§ 8º O conceito final da disciplina de Monografia de Conclusão, para os inscritos no PMP, partirá da média aritmética das notas conferidas pelos professores participantes que acompanharam e corrigiram, nos semestres, os cinco trabalhos monográficos apresentados pelo discente, mas levará em conta também os aprimoramentos e desenvolvimentos posteriores, bem assim o equilíbrio e a harmonia do conjunto.

§ 9º Na sessão final de avaliação o discente deverá estar presente, ocasião em que os docentes do Conselho poderão pedir os esclarecimentos que entenderem relevantes.

### **III – Dos pré-requisitos para a matrícula**

**Art. 5º.** O discente que optar pela modalidade monofásica de realização do Trabalho de Curso poderá matricular-se na disciplina de Monografia de Conclusão, desde que tenha cumprido, como pré-requisito, um mínimo de 140 (cento e quarenta) créditos em disciplinas obrigatórias do currículo.

**Art. 6º.** O discente que optar pela realização do Trabalho de Curso na modalidade progressiva, poderá inscrever-se no Programa de Monografia Progressiva, que terá por objetivo acompanhar o desenvolvimento das atividades necessárias ao êxito dessa modalidade de realização da disciplina, e será gerenciado por Comissão da COMGRAD, com o apoio da estrutura do Departamento DIR 3.

#### **IV – Dos professores orientadores**

**Art. 7º.** Cabe ao discente escolher o professor orientador dentre os professores do Departamento, devendo, para tanto, realizar o convite levando em consideração os prazos estabelecidos pela COMGRAD nesta Resolução para a entrega do trabalho Parágrafo único. Ao assinar o Requerimento de Orientação o professor está aceitando orientar o discente;

**Art. 8º.** Não encontrado nenhum professor que se disponha a assumir a sua orientação, o discente deve comunicar ao Departamento ao qual sua matrícula estiver vinculada, a fim de que lhe indique um orientador, no prazo de 10 (dez) dias.

**Art. 9º.** São atribuições do professor orientador , entre outras:

I - atender os orientandos, em horário previamente fixado;

II – Presidir a Banca Examinadora;

III - requerer ao Departamento a inclusão de seu(s) orientando(s) na pauta semestral de apresentações formais;

#### **V – Da avaliação do Trabalho de Curso**

**Art. 10.** A Avaliação da disciplina de Monografia de Conclusão, independente de sua modalidade de realização, será expressa através dos conceitos D (Insatisfatório), C (Regular), B (Bom) e A (Ótimo).

§ 1º A avaliação levará em consideração a parte escrita e a apresentação oral da Monografia de acordo com os seguintes critérios:

I – Aspectos formais: metodologia empregada, qualidade da apresentação e bibliografia utilizada, e

II – Aspectos materiais: profundidade do trabalho e domínio do conteúdo.

§ 2º O discente disporá de 10 (dez) minutos para apresentar seu trabalho, a Banca Examinadora de, no máximo, 10 (dez) minutos para arguição do discente, com a estrita finalidade de certificar o domínio do conteúdo e certificar a autoria do trabalho, com, no máximo, 10 (dez) minutos para respostas.

§ 3º É facultado ao discente o uso de material audiovisual em sua apresentação.

§ 4º O conceito final será atribuído pela média aritmética dos valores numéricos atribuídos por cada um dos 3 (três) examinadores, obedecendo ao seguinte padrão:

A: 9 a 10;

B: 7 a 8,9;

C: 5 a 6,9;

D: 0 a 4,9.

§ 5º Os conceitos atribuídos serão publicados dentro dos prazos fixados pelo Calendário Discente da UFRGS.

§ 6º Do conceito atribuído pela Banca Examinadora caberá recurso, na forma do art. 136 do Regimento Geral da UFRGS.

## **VI – Dos requisitos formais mínimos de apresentação do**

### **Trabalho de Curso**

**Art. 11.** Os trabalhos monográficos, em qualquer das modalidades de realização da disciplina de Monografia de Conclusão, obedecerão às normas da ABNT sobre documentação.

## **VII – Das disposições finais**

**Art 12.** A data da sessão pública de apresentação da monografia será marcada pelo Chefe de Departamento dentro dos prazos fixados por resolução da COMGRAD.

Parágrafo único. Marcada a sessão, o Departamento científicará os membros da Banca Examinadora e o discente.

**Art. 13.** A COMGRAD, a cada semestre, por ocasião da matrícula, estabelecerá em resolução própria os prazos a serem observados acerca da Monografia de Conclusão.

Parágrafo único. Esta resolução deverá conter, pelo menos, os seguintes prazos:

- I – entrega no Departamento do formulário de aceitação do professor orientador;
- II – para definição dos membros da Banca Examinadora;
- III – para a entrega das cópias da Monografia de Conclusão ao Departamento;
- IV – período para a realização das sessões públicas de apresentação.

**Art. 14.** O Departamento DIR 3 proporcionará todo o apoio administrativo para organizar a PMP e o sistema de acompanhamento, inclusive por meio informático, cabendo à comissão do PMP regular a execução dessa Resolução, submetendo ao Plenário da COMGRAD os regulamentos, critérios e orientações que adotar.

**Art. 14.** Caberá à COMGRAD julgar em grau de recurso os pedidos dos discentes envolvendo agravos sobre a aplicação dessa Resolução e de suas regulamentações.

**Art. 15.** As situações não previstas nesta Resolução serão decididas pela COMGRAD, cabendo recurso às instâncias superiores.

**Art. 16.** A presente Resolução entra em vigor a partir do período letivo 2005/1.

Sala das Sessões, 20 de dezembro de 2004.

**Prof. Gentil André Olsson,**  
Coordenador da COMGRAD